



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 4874/01 - ESTATUTO DO DESPORTO		
EVENTO: Reunião Externa	Nº: 1328/04	DATA: 16/11/2004
INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 13h56min	DURAÇÃO: 03h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h56min	PÁGINAS: 74	QUARTOS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GONY ARRUDA - Deputado Estadual do Ceará.  
ANDRÉ FIGUEIREDO - Deputado Estadual do Ceará.  
ROBERTO VITAL - Representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro.  
MOÉSIO LOIOLA - Deputado Estadual do Ceará.  
TÂNIA GURGEL - Deputada Estadual do Ceará.  
JOSÉ SEBASTIÃO BASTOS - Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol.  
CLAYTON ALCÂNTARA VERAS - Presidente do Fortaleza Esporte Clube.  
ALEXANDRE FROTA - Presidente do Ceará Esporte Clube.  
GUARACY AGUIAR - Deputado Estadual do Ceará.  
SÉRGIO REDES - Coordenador Físico das Faculdades Nordeste e Professor da Universidade de Fortaleza e da Universidade Federal do Ceará.  
JOSÉ GUSTAVO COSTA - Representante do Comitê Olímpico Brasileiro.  
RICARDO LIMA - Professor da Universidade de Fortaleza.  
JOSÉ VIRGÍLIO LIMA - Presidente da Federação Cearense de Voleibol.  
FRANKLIN PEREIRA JÚNIOR - Vice-Presidente da Associação dos Deficientes Motores do Ceará.  
CARLOS SÉRGIO RUFINO MOREIRA - Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar.  
ANTONIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA - Presidente do Conselho Regional de Educação Física.  
JESUS THOMAZ TAJRA FILHO - Presidente da Federação Cearense de Tênis.  
GILVAN DIAS - Presidente da associação de Garantia ao Atleta Profissional.  
JOSÉ WILSON COUTO - Presidente da Federação Cearense de Atletismo.  
SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR - Prefeito de Camocim, Ceará.  
CEZAR VIEIRA - Representante da Federação Cearense de Futsal.  
EDUARDO ELERY - Coordenador de Educação Física da Universidade Estadual do Ceará.  
GERALDO IUNES FILHO - Presidente da Federação Cearense de Desportos Aquáticos.  
ANA LÚCIA MACIEL - Presidenta da Associação dos Deficientes Motores do Ceará.  
JÚLIO CEZAR - Associação de Integração dos Deficientes.  
MARCOS ANTÔNIO NUNES - Presidente do Sindicato dos Atletas de Futebol do Ceará.  
GILSON DÓRIA LEITE - Representante do Secretário de Esportes do Estado de Sergipe.  
JORGE ROLIM DE CASTRO - Grupo Retina Ceará.  
ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA - Secretário do Esporte e Juventude do Estado do Ceará.

SUMÁRIO: Sugestões da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará para o Estatuto do Desporto.



<b>OBSERVAÇÕES</b>
--------------------

<p>Reunião realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Há oradores não identificados. Houve falhas na gravação. Houve exibição de imagens.</p>
--



**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Cals) - Senhoras e senhores, em atendimento a requerimento de autoria do Sr. Deputado Gony Arruda, aprovado por unanimidade nesta Casa, damos início a esta audiência pública, que conta com a presença da Comissão Especial do Estatuto do Desporto da Câmara dos Deputados.

A Presidência tem a satisfação de convidar para compor a Mesa o Sr. André Peixoto Figueiredo Lima, Secretário de Esporte e Juventude do Estado do Ceará, representando o Governador do Estado, Sr. Lúcio Alcântara (*palmas*); o Deputado Deley, Presidente da Comissão Especial do Estatuto do Desporto (*palmas*); o Deputado Bismarck Maia, nosso conterrâneo, Vice-Presidente da Comissão Especial do Estatuto do Desporto e Coordenador deste debate (*palmas*); o Deputado Gilmar Machado, Relator da Comissão Especial do Estatuto do Desporto (*palmas*); o Deputado Estadual Gony Arruda, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e autor do requerimento que originou esta reunião especial para debater o Estatuto do Desporto (*palmas*); o Sr. Sebastião Bastos, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol — CBF (*palmas*); o Sr. José Gustavo Costa, representando o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Sr. Carlos Arthur Nuzman (*palmas*), e o Sr. Roberto Vital, representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro (*palmas*).

Esta Presidência registra a presença das Sras. e dos Srs. Deputados Estaduais Gislaíne Landim, Ana Paula Cruz, Tânia Gurgel, Meire Costa Lima, Sávio Pontes, José Albuquerque, Lucilvio Girão, Heitor Férrer, Marcos Tavares Gomes Farias, Idemar Citó, Caetano Guedes, Moésio Loiola, João Jaime e Antônio Granja, que se encontram no plenário. Ao longo da reunião, registraremos os representantes de entidades e autoridades presentes.

Ouviremos o Hino Nacional Brasileiro que será interpretado por todos os presentes.

*(É executado o Hino Nacional.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Cals) - Desejo boas-vindas a todos, especialmente aos membros da Comissão Especial de Desporto da Câmara dos Deputados. Sei que o tema é bastante polêmico, e o Ceará contribuirá com sugestões para que possamos aprimorar, cada vez mais, o Estatuto do Desporto.



Esta Casa se sente feliz por realizar este debate. E esperamos contribuir com o trabalho de V.Exas., em nome do povo do Ceará, que participa e oferta idéias inovadoras para construção de um Estatuto mais eficaz.

Passo agora a palavra ao Exmo. Sr. 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Gony Arruda, autor do requerimento, que falará em nome desta Casa Legislativa.

**O SR. GONY ARRUDA** - Sr. Presidente, Exmo. Sr. Deputado Estadual Marcos Cals, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; Sr. André Peixoto Figueiredo Lima, Secretário de Esportes e Juventude do Estado do Ceará e representante do Governador Lúcio Alcântara, a quem também agradecemos a colaboração para a realização deste evento, que foi articulado pelo Deputado Federal Bismarck Maia; Sr. Deputado Federal Deley, Presidente da Comissão Especial do Desporto, famoso e conhecido craque do Fluminense nos anos 80, um dos maiores meio-campistas do futebol brasileiro até hoje, para tristeza dos torcedores do Flamengo, nós, os rubro-negros; Sr. Deputado Federal Bismarck Maia, Vice-Presidente da Comissão Especial do Estatuto do Desporto e Coordenador deste debate; Sr. Deputado Federal Gilmar Machado, Relator da Comissão Especial do Estatuto do Desporto; Sr. Sebastião Bastos, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol — CBF-, o famoso “baixinho” de quem Jorge Cajuru gosta muito, homem mais respeitado e querido da CBF, com certeza; Sr. José Gustavo Costa, amigo que atendeu à solicitação para vir representar o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, o Sr. Carlos Arthur Nuzman; Sr. Roberto Vidal, representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro, que também dará grande contribuição aos painéis que serão apresentados.

Quero saudar alguns Presidentes e representantes de entidades presentes à reunião: o Presidente do Fortaleza, nosso amigo de Assembléia, Sr. Clayton Alcântara Veras, e o Presidente do Ceará Esporte Clube, Sr. Alexandre Frota, os maiores expoentes do futebol cearense; o meu amigo Guedes Neto, Presidente do Náutico; Haroldo Cipião, do automobilismo; Geraldo Nunes, dos esportes aquáticos; Sérgio Ruffino, da FUCE; Jesus Tajra, do tênis; Cezar Vieira, do futsal; Couto, do atletismo; Carlos Alberto Farias, do Conselho Estadual do Desporto; Ricardo Catunda, do CREF; Sras. e Srs. Deputados; jornalistas, demais convidados; estudantes e esportistas cearenses.



Hoje é um dia muito importante na história desta Assembléia, pois estamos recebendo a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que está elaborando o Estatuto do Desporto Nacional, que, se Deus quiser, será concebido para ser a Constituição maior do esporte nacional.

Sr. Presidente, facultou-me V.Exa. a palavra para que eu falasse em nome da Assembléia Legislativa. Portanto, neste momento, devo fazer os devidos agradecimentos. Primeiro, aos Deputados Federais Deley e Gilmar Machado, que vieram à nossa Casa ouvir as sugestões do Estado do Ceará. Faço também um agradecimento especial ao Deputado Federal Bismarck Maia, nosso amigo cearense, por ter articulado e trazido para o nosso Estado essa importante reunião, a única a ser realizada no Nordeste. O Ceará agradece muito a V.Exa.

Agradeço também aos meus colegas, Deputados Estaduais, que, por unanimidade, aprovaram o requerimento que deu origem a esta histórica reunião.

Hoje, por intermédio dos seus mais brilhantes e ilustres atores esportivos, que aqui se encontram presentes nesta manhã, o Ceará poderá dar sua contribuição para o desenvolvimento definitivo do esporte brasileiro.

Finalizo dizendo da minha enorme expectativa e da minha torcida para que este encontro do Nordeste, que tem como palco o Plenário 13 de Maio da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, seja o mais proveitoso possível, para que os Deputados Federais da Comissão Especial do Estatuto do Desporto, principalmente o seu Relator, o Deputado Gilmar Machado, possam incorporar o maior número possível de idéias, porque o esporte do Brasil precisa ter uma legislação bastante discutida, clara, estável e, fundamentalmente, duradoura.

Portanto, vamos em frente!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Cals) - Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao idealizador deste evento, juntamente com o Deputado Gony Arruda, nosso conterrâneo e grande representante deste Estado na Câmara dos Deputados, o Deputado Bismarck Maia, Vice-Presidente da Comissão Especial do Estatuto do Desporto e Coordenador deste debate.

Antes, porém, devo registrar as presenças dos Deputados José Nobre Guimarães, Líder do PT nesta Casa, e João Jaime.

Com a palavra o Deputado Bismarck Maia.



**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Sr. Presidente, Deputado Marcos Cals, agradeço a V.Exa. as gentis palavras a todos dirigidas. Sras. e Srs. Deputados presentes; Sr. 1º Secretário Deputado Gony Arruda, autor do requerimento de realização desta reunião, que torna mais ainda formal nossos trabalhos de hoje em Fortaleza, senhoras e senhores, meus cumprimentos a todos. Destaco a presença de 2 Deputados desportistas que muito contribuirão para esses trabalhos: o Deputado Moésio Loiola, nosso companheiro de partido, e o Deputado Gomes Farias. Cumprimento também as entidades presentes, que, com certeza, contribuirão com o Estatuto do Desporto, e meus colegas da Câmara dos Deputados, o Presidente da Comissão Especial, Deputado Deley, e o Relator da proposta, Deputado Gilmar Machado, que há algum tempo vêm realizando brilhante trabalho em favor do esporte na Câmara dos Deputados.

Ao agradecer a todos a presença, devo registrar a importância que procuramos dar a esse tema, com a contribuição de vários outros colegas, seja no Ceará, seja em Brasília. Venho realizando um trabalho mais pontual a favor do turismo do Ceará e do Brasil e, por entender que o esporte é hoje o maior parceiro dessa atividade, creio que, juntos — esporte e turismo —, poderão transformar, como vêm fazendo, a realidade social de muitas localidades Brasil afora.

Durante o café da manhã de hoje, disse à Prefeita eleita de Fortaleza que sua maior vocação é a prestação de serviço. Não tenho dúvidas de que, aliada a essa vocação, o turismo e o esporte podem ser a grande redenção da nossa Capital, Fortaleza, do nosso Estado, o Ceará, e da nossa região, o Nordeste.

Fico muito satisfeito em estar no plenário da Assembléia Legislativa — e aqui estou graças ao requerimento do Deputado Gony Arruda e ao apoio de todos os Srs. Deputados que o aprovaram — a fim de, nesta Casa Legislativa do Estado do Ceará, discutir e absorver as idéias dos representantes do desporto cearense e nordestino em favor do novo Estatuto do Desporto, a Constituição do Desporto.

As entidades aqui representadas podem dar grande contribuição para esse setor, que muitos benefícios poderá trazer à nossa população.

Na qualidade de Coordenador destes trabalhos, passo a palavra ao Deputado Deley, Presidente da Comissão Especial.

**O SR. DEPUTADO DELEY** - Obrigado, Deputado Bismarck Maia. Não poderia deixar de agradecer ao Presidente desta Casa Legislativa, Deputado



Estadual Marcos Cals, a acolhida. Cumprimento os Deputados Estaduais presentes e o Secretário de Esporte do Estado do Ceará, que aqui também representa o Governador Lúcio Alcântara, Sr. André Peixoto. Aliás, pelo que me consta, em breve S.Exa. será também um dos nossos companheiros em Brasília. O esporte agradece e vai precisar muito da sua ajuda. Sua contribuição será muito importante. Não tenho dúvida de que o Secretário será um grande representante do Estado do Ceará.

Disse o Deputado Bismarck Maia, a quem cumprimento mais uma vez, que sempre pontuou sua atuação na área do turismo. Pela sua competência e pelo trabalho realizado na área de turismo, sentimo-nos lisonjeados, pois temos certeza de que S.Exa. também contribuirá muito para o desporto nacional.

Cumprimento o meu amigo de caminhada por este País e grande mineiro, Deputado Gilmar Machado, que, pelo que me consta, nunca jogou nada, mas tem sido um craque na elaboração de leis esportivas.

Cumprimento também o Deputado Estadual Gony Arruda e aproveito a oportunidade para dizer duas coisas. Em primeiro lugar, tive a grata surpresa de saber que o Presidente desta Casa é tricolor. Em seguida, comprovei que infelizmente ninguém é perfeito: o Deputado Gony Arruda expôs sua veia rubro-negra. Mas S.Exa. vai chegar lá. Dizem que o ser humano está em processo de evolução. Então, num outro estágio, com certeza, S.Exa. se tornará tricolor.

Saúdo o Sr. Sebastião Bastos, representante da nossa querida CBF; o Sr. José Gustavo Costa, representante do Comitê Olímpico Brasileiro, e o Sr. Roberto Vital, do Comitê Paraolímpico, por intermédio de quem cumprimento os nossos atletas que, na última Paraolimpíada, demonstraram todo o seu potencial. A propósito, ressalto que não só o esporte olímpico, mas também o paraolímpico tem merecido a nossa preocupação.

Cumprimento ainda as entidades presentes, por intermédio do meu amigo, apesar de adversário, Gaúcho, representante do Sindicato dos Atletas de Futebol.

Por último, saúdo as amigas e os amigos, que aqui vieram somar esforços para que possamos levar do Ceará e do Nordeste grandes idéias, a fim de que o Relator, ao final dos trabalhos, envolva o maior número de entidades e pessoas, e, acima de tudo, elabore um estatuto que, se não puder atender a todos, pelo menos seja um avanço. Esta é a nossa idéia.



Quero dar ainda uma explicação a todos. Na condição de Presidente da Comissão Especial — e foi unânime esse entendimento —, vamos dar oportunidade a todas as pessoas a fim de que possam apresentar suas idéias. Nossa intenção era envolver o maior número possível de pessoas. Conhecemos a geografia do nosso País e reconhecemos que cada local tem suas particularidades. Por isso procuramos dar condições para que essas pessoas pudessem ser ouvidas.

Este é um dos principais objetivos da nossa Comissão, até porque eu, ex-atleta, mais do que nunca conheço o potencial do esporte. Para aqueles que não sabem, o esporte hoje, em termos de negócio, é o terceiro segmento econômico no mundo, assim como o turismo, outro grande segmento de empregabilidade. Não dá mais para o esporte ser tratado como sempre foi neste País. Temos debatido muito esse tema na Câmara dos Deputados. É preciso, acima de tudo, que nossas autoridades tenham essa consciência.

Tenho dito que, se terminarmos o nosso mandato sensibilizando os Executivos em cada canto deste País, mostraremos a força do esporte, como ele poderá contribuir não só como instrumento de empregabilidade, uma questão econômica, mas também como instrumento de inserção social.

Todos sabemos, e estamos cansados de ouvir por este País afora, a força do esporte, mas precisamos praticá-la mais. Por onde passamos, deixamos esse apelo não só aos Deputados, mas também aos representantes do Executivo, a fim de que isso se transforme, nos orçamentos de cada Município e de cada Estado, realmente numa prática e mude a história deste País.

Muito se fala quando se vai planejar um orçamento. De início, as pessoas se preocupam com os setores Educação e Saúde, mas o esporte é um grande instrumento da área educacional. É uma forma de chamar as crianças, os adolescentes, para que eles realmente não se percam por outros caminhos. É claro que o esporte sozinho não vai resolver essa situação como um todo. Precisamos dar direito à cidadania a todos os segmentos, seja os de necessidade especial, seja os da juventude, seja os da terceira idade.

Temos de tornar essa idéia em prática. Por isso, buscamos idéias com o professor de educação física e com aqueles que vivem e acreditam no esporte.

Esse é o grande motivo. Quero, de antemão, parabenizar o esforço do nosso querido Bismarck Maia. Mais uma vez, digo que o esporte é um segmento



suprapartidário, mas também não poderia perder a oportunidade de dizer ao povo do Ceará que vocês têm um grande representante em Brasília, o Deputado Bismarck Maia, que delegou — vamos dizer assim — ao Deputado Gony Arruda a autoria de requerimento para realização desta reunião. Estamos muito felizes, Deputado Gony, com todo o calor humano e, acima de tudo, com a organização e o envolvimento que V.Exa. promoveu no Ceará e em todo o Nordeste.

Portanto, meu querido Presidente tricolor, já sabia de várias virtudes suas. Essa, evidentemente, é mais uma que vamos levar conosco. Quero agradecer a todos vocês. Tenho a mais absoluta certeza de que vamos levar grandes idéias para a Câmara dos Deputados. Muito obrigado, e que o dia realmente possa ser muito proveitoso. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Cals) - Esta Presidência registra a presença dos Srs. Deputados Estaduais Jaziel Pereira e José Sarto; dos Srs. Gilson Dória Leite Filho, professor e representante do Secretário de Esporte do Estado de Sergipe; Carlos Alberto Cavalcanti Farias, Presidente do Conselho de Desporto do Ceará; José Wilson Couto, Secretário-Adjunto de Esporte e Juventude do Estado do Ceará; José Haroldo Cipião, da Confederação Brasileira de Automobilismo e Federação Cearense de Automobilismo; Geraldo Nunes Filho, Presidente da Federação Cearense de Esportes Aquáticos; Marco Antonio Silva Nunes, Presidente do Sindicato dos Atletas de Futebol do Ceará; Antonio Ricardo Catunda, do Conselho Regional de Educação Física; Sérgio Roberto Mendonça Machado, do Departamento de Futebol do Fortaleza Esporte Clube; Jesus Thomaz Tajra, Presidente da Federação Cearense de Tênis; Clayton Alcântara Veras, Presidente do Fortaleza Esporte Clube; e Alexandre Frota, Presidente do Ceará Esporte Clube, que também participará dos debates.

Os demais presentes serão devidamente registrados ao longo desta reunião.

A Prefeita eleita de Fortaleza, Deputada Estadual Luizianne Lins, encontra-se aqui no plenário, o que nos traz muita alegria.

Com a palavra o Deputado Bismarck Maia. (*Falha na gravação.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - (*Falha na gravação.*) Secretário André Figueiredo. O segundo painel será sobre futebol, no qual usará a palavra o Sr. Alexandre Frota, Presidente do Ceará Esporte Clube. Terceiro Painel: *Políticas Públicas para o Esporte*. Quarto painel: *Desporto de Rendimento*.



A cada 2 painéis, abriremos espaço para que as entidades possam se inscrever com a responsável pelo Cerimonial — a quem, mais uma vez, pedimos apoio —, a fim de exporem suas atividades. Logicamente, pedimos a todas a maior objetividade possível, utilizando, no máximo, 3 ou 4 minutos.

Com muita honra, convido o primeiro painalista, o Secretário André Figueiredo, a quem saúdo, não só pelo excelente trabalho que realizou ao longo desses 2 primeiros anos do Governo Lúcio Alcântara, como também por saber que nós, cearenses, o teremos como representante na Câmara dos Deputados, a partir de 1º de janeiro. Antes, porém, tenho a honra de anunciar a presença do Prefeito Sérgio Aguiar, de Camocim, grande lutador em prol do esporte naquela região.

Com a palavra o Deputado André Figueiredo.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** - Exmo. Deputado Marcos Cals, que com muita competência preside a Assembléia Legislativa do Ceará, descobri agora que V.Exa. tem um pequeno defeito: ser tricolor, mas como disse o Deputado Deley, ninguém é perfeito. Deveria falar de todos os Estados, não só do Rio de Janeiro... Brincadeira. Há uma pontinha de inveja, porque o nosso Ceará está meio ruim.

Prezado Deputado Deley, nosso grande parceiro no esporte brasileiro, tenho plena convicção de que, com a aprovação do Estatuto do Desporto, o nome de V.Exa. ficará imortalizado, juntamente com o do Deputado Gilmar Machado, a quem aproveito para saudar.

A nova legislação vai atender a vários aspectos que estavam com lacunas abertas. Com certeza, o novo Estatuto vai modificar o esporte. Estamos cheios de esperança.

Lembro que ambos têm sido presença constante nas reuniões do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, sempre fazendo intercâmbio com os representantes do Poder Executivo das diferentes Unidades Federativas.

Meu caro amigo Deputado Bismarck Maia, que muito nos honra, vou precisar muito da sua experiência para que possamos representar nosso Estado na Câmara dos Deputados da melhor maneira possível, sempre atentando para a ética e para o compromisso com um Parlamento cada vez mais sério e digno; prezado Deputado Gony Arruda, flamenguista e companheiro de infortúnio — V.Exa., sem dúvida, faz falta ao Flamengo, mas abrilhanta bastante os trabalhos desta Casa



representando seu Município; prezado Sr. Sebastião Bastos, Vice-Presidente da CBF; Sr. José Gustavo Costa, representante do Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman; Sr. Roberto Vital, representando o Comitê Paraolímpico Brasileiro; prezados Srs. Deputados, a quem saúdo na pessoa de meu companheiro de partido, Deputado Heitor Férrer; Sra. Prefeita eleita de Fortaleza, Luizianne Lins; Sras. e Srs. Deputados; caros colegas presidentes de federações esportivas, parceiros indispensáveis na construção do alicerce de uma política estadual de desporto, pois têm sido constantemente convocados para que, juntos, possamos traçar objetivos, reparar erros e, com certeza, construir novos caminhos para que o Ceará possa brilhar no cenário esportivo nacional; prezados amigos Alexandre Frota e Clayton Veras, Presidentes das duas maiores forças de nosso futebol; meu amigo Guedes Neto, que hoje preside o Náutico e sofre um pouquinho mais porque também representa o Ferroviário, a terceira maior força daqui; prezados coordenadores de cursos de Educação Física, professores, estudantes da rede pública estadual e municipal e de escolas particulares; representantes da imprensa aqui presentes, meus cumprimentos.

É com muita honra que estamos neste plenário justamente para discutir um tema em que temos trabalhado incessantemente nesses quase 2 anos à frente da Secretaria de Esporte e Juventude do atual Governo. Trabalhamos o esporte em suas diferentes vertentes, como instrumento de desenvolvimento humano, social e econômico.

Como vamos trabalhar muito na perspectiva do esporte social, não posso deixar de registrar que hoje o esporte é um grande instrumento de desenvolvimento para a economia de nosso Estado. O Deputado Bismarck Maia, que trabalha muito com o turismo, sabe da importância da conjunção entre esporte e turismo e que precisamos trabalhar esses 2 instrumentos de maneira quase uníssona. Por outro lado, precisamos dotar nosso Estado de estrutura para que possa receber competições nacionais e internacionais fortes, e conseqüentemente, trazer mais recursos.

Às vezes, gostamos de ser ousados. Por que não ousar mais e transformar nosso Estado na Nova Zelândia brasileira? Temos mar, areia e sol maravilhosos, temos térmicas no interior do Estado, quase inigualáveis em âmbito mundial, para a prática de vôo livre. Possuímos tudo em termos de esportes de aventura e de



natureza. Poderemos então, cada vez mais, consolidar nosso Estado como destino turístico. Temos trabalhado para isso. Em breve, instalaremos na Secretaria de Esporte e Juventude uma coordenadoria que vai trabalhar basicamente esse eixo do esporte como instrumento de desenvolvimento econômico.

Como dissemos, o esporte hoje se consolida como grande instrumento de desenvolvimento humano e social. A partir da determinação de alguns Governadores e do Governo Federal de criar um Ministério e secretarias específicas para o esporte, constatamos que ele deixará de ser encarado como subproduto de outras Pastas. Por exemplo, até o final do ano passado existia a Secretaria de Cultura e Desporto. Historicamente, todos os Secretários de Cultura e Desporto estavam vinculados à cultura; conseqüentemente, o esporte não era considerado prioridade.

A partir da reforma administrativa que o Governador Lúcio Alcântara implantou em nosso Estado, criando algumas secretarias, extinguindo outras, pudemos, com muita felicidade, ver que a temática do esporte, juntamente com a da juventude, começaram a ser encaradas como uma área ligada diretamente ao Governador, não precisando passar por outros secretários. Assim, alguns projetos fundamentais puderam ser implantados e em curto espaço de tempo começaram a dar frutos.

Como bem ressaltou o Deputado Deley, trabalhamos o esporte como instrumento de inclusão social. Fizemos isso juntamente com a Secretaria de Inclusão Social, porque hoje a maneira mais econômica de tirar crianças e jovens da rua é fazer com que, no contraturno escolar, elas pratiquem alguma atividade, seja esportiva, seja recreativa, seja artística, seja cultural. O que importa é possibilitar esse direito às nossas crianças e jovens.

Sabemos que a maioria das nossas escolas, especialmente as da rede pública, não possuem estruturas físicas adequadas. Quando cito nossas escolas, não me refiro apenas ao Ceará, mas ao País, porque a realidade é praticamente a mesma. Alguns Estados são mais ricos, outros mais pobres, mas as dificuldades são muito grandes. Há mais de 20 anos, o saudoso Governador Leonel Brizola teve a iniciativa de criar os Centros Integrados de Educação Pública, mas, por conta da não-continuidade desse projeto, seus objetivos não foram alcançados. Ou seja, há pouco mais de 20 anos, poderíamos ter propiciado a muitos que hoje são chefes do



narcotráfico o direito a uma educação integral e, conseqüentemente, um futuro melhor do que lhes foi reservado.

Isso não aconteceu. Portanto, não adianta, como se diz, chorar o leite derramado. Temos que trabalhar na perspectiva do presente e do futuro, aprendendo com os erros do passado.

Vários projetos têm sido implantados pelo Governo Federal em todo o País, como o Segundo Tempo na Escola e o Segundo Tempo na Comunidade, bem como no Ceará, o Esporte Massa, implantado no início do Governo com apoio da Associação de Garantia ao Atleta Profissional — AGAPE, entidade que reúne ex-atletas, e com federações de diversas modalidades esportivas.

Esses projetos têm alguns pontos de convergência e pouquíssimos, digamos assim, pontos diferentes. Em resumo, esses programas visam fazer com que as crianças, na hora em que não estejam nas salas de aula — e para participarem desses projetos é fundamental que freqüentem regularmente a escola — possam receber a orientação de um profissional de Educação Física ou pessoa devidamente autorizada pelo Conselho Regional de Educação Física, com monitoramento de uma pessoa da própria comunidade, que vai fazer o acompanhamento escolar e familiar daquela criança. Ao detectar problemas familiares ou escolares, poderemos ter acesso a outras secretarias, seja a de Ação Social, seja a de Educação.

Seria muito bom atingir todas as crianças e jovens. Infelizmente, sabemos que se trata de um processo. Por isso, precisamos fazer pelo menos com que as crianças e jovens que participam desses projetos possam ser elencadas como referência e exemplo para que outros possam ter também acesso a eles.

É um verdadeiro trabalho de mutirão. Não adianta dizer que o Governo Estadual sozinho vai ter condições de fazer isso, assim como não terá o Governo Federal e nem mesmo os diferentes Governos Municipais. É fundamental também que não apenas o Poder Público trabalhe esses programas sociais vinculados ao esporte.

Temos feito parceria com várias instituições privadas, como a AFIC, o Colégio Farias Brito, o Náutico Atlético Cearense, onde há um núcleo de nado sincronizado constituído por crianças da rede pública de Fortaleza. Temos o programa chamado Braços Abertos, com a participação de instituições particulares que trazem sua contribuição com responsabilidade social, fazendo com que o esporte se constitua



no principal instrumento de desenvolvimento humano e social do nosso País. Essa é a nossa idéia.

Trabalhamos com esses projetos. Devemos mais uma vez agradecer a ajuda da Assembléia Legislativa, que, com a aprovação do FECOP, conseguiu destinar recursos ao nosso Estado, permitindo àquelas 400 crianças e jovens não abandonarem, digamos assim, o esporte que vinham praticando para ajudar no orçamento familiar. Hoje, 400 crianças recebem bolsas que oscilam entre 100 e 520 reais. Há perspectiva de que essas crianças, já “ranqueadas” na etapa inicial, todas oriundas de projetos sociais e esportivos do nosso Estado, indicadas por escolas públicas, vilas olímpicas, ABCs, programa Esporte Massa, Prefeituras do interior, Projeto Segundo Tempo implantado em alguns Municípios do interior, possam ser indicadas, referendadas e acompanhadas pelas respectivas federações. Que possamos alcançar resultados tão brilhantes quanto os que felizmente já começamos a obter nos Jogos da Juventude, nos quais conquistamos 3 medalhas de ouro e colocamos nossas equipes em patamares a que historicamente nunca haviam chegado; e, se Deus quiser, vamos colocar cada vez mais modalidades nesses patamares — mas para falar de esporte de rendimento, terei de me utilizar de outra ocasião.

Em toda pirâmide educacional e esportiva é fundamental que entendamos a grande base piramidal com crianças que começam a praticar esporte como atividade lúdica. Tivemos a grata felicidade de, no Dia do Talento Esportivo, realizado em setembro, começar a selecionar algumas crianças e jovens que se destacaram. Tivemos a certeza de que essas crianças, com todo o trabalho que vem sendo feito com o apoio das federações, do Conselho de Educação Física, com os nossos colegas da Secretaria do Esporte e Juventude, com todas as secretarias, foram bem atendidas. Devo abrir um parêntese para dizer que vamos reuni-las no mês de dezembro para uma grande discussão sobre a gestão municipal de esporte e juventude. É importante notar que o efeito multiplicador gerado a partir da criação da Secretaria Estadual de Esporte e Juventude já começa a irradiar nos diferentes Municípios do nosso Estado a perspectiva de que em breve teremos o esporte fazendo parte de suas pastas municipais ou, pelo menos, dos órgãos gestores que darão continuidade às ações dos Governos Federal e Estadual.



Até por conta de que vai me seguir na exposição o Sr. Roberto Vital, representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro, não poderia deixar de mencionar a felicidade de ter tido parceiros tão valorosos quanto os companheiros portadores de necessidades especiais. Eles têm sido desde o primeiro momento grandes parceiros da Secretaria do Esporte e Juventude, a partir de suas entidades e das pessoas que hoje compõem o núcleo do esporte especial na nossa Secretaria. Hoje, temos paratletas beneficiados com o Bolsa-Atleta. Conseguimos também constituir os Primeiros Jogos Paraolímpicos e Paradesportivos do Estado do Ceará. Com a construção da primeira vila paraolímpica brasileira, implantada com recursos públicos, esperamos que o Comitê Paraolímpico acompanhe todo o processo, até por conta de existirem algumas estruturas das quais vamos precisar e entidades que representam os diferentes portadores de deficiência, seja auditiva, seja motora, seja visual, seja mental. Muitas já têm trazido sua colaboração, a fim de que possamos fazer dessa grande vila um ponto de referência para o paradesporto em nosso Estado e também um exemplo de superação de limites pessoais e de vitória de uma comunidade.

Então, essas entidades que compõem o paradesporto em nosso Estado são parceiros indispensáveis. Com certeza, elas ainda nos darão muitas alegrias.

Podem ter certeza de que com a Secretaria de Esporte e Juventude e tendo à frente do Governo do Estado do Ceará o Dr. Lúcio Alcântara, grande entusiasta em defesa dos direitos dos portadores de necessidades especiais, dias fantásticos chegarão em breve para o desporto cearense. Como disse anteriormente, todas as modalidades esportivas podem considerar a Secretaria de Esporte e Juventude uma parceira.

Mais uma vez, parablenzo os Deputados Bismarck Maia e Gony Arruda por terem trazido a discussão do Estatuto do Desporto para Fortaleza. Infelizmente, com exceção da Secretaria de Sergipe, nenhuma outra pôde participar, até porque não houve comunicação mais precisa. Evidentemente, isso já foi discutido no último Fórum dos Secretários de Esporte. Muito orgulha o Estado do Ceará receber os Deputados Deley e Gilmar Machado, grandes referências do desporto nacional e defensores intransigentes em favor da mudança e da constituição do esporte como instrumento de desenvolvimento humano, social e econômico.



Quero dizer aos Deputados que vêm discutindo o Estatuto do Desporto que, ano passado, apresentei em Fortaleza um trabalho que visa usar...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Cals) - Permita-me registrar a presença dos garotos do Projeto A Comunidade e o Legislativo e do Projeto Somar, da Marinha, orientados pelo Sub-Oficial Severino Pedro e pelo Sargento Valmir França, que abrilhantam nossas galerias.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** - Hoje temos um percentual de recursos dos concursos de prognósticos no patamar de 4%, dos quais 1,5% são destinados aos Estados e Municípios. O critério de distribuição desses recursos é o montante apostado em cada uma das unidades federativas, o que gera distorção regional extremamente significativa. Só para se ter uma noção, sem me aprofundar muito no tema, um cidadão do Distrito Federal, hoje, em termos *per capita*, recebe 6 vezes mais que o cearense. Por incrível que pareça, o Estado do Ceará, em termos *per capita*, recebe menos que o nosso vizinho, o Piauí, sem querer desmerecê-lo. Às vezes, pensa-se que o Ceará tem um pouco mais de recursos, mas o que se aposta aqui é muito pouco. Como o critério utilizado é o valor apostado, com certeza, os Estados mais ricos apostam mais que os mais pobres. Se não discutíssemos esse percentual em vigor, propus que em relação a todas as outras fontes de recursos fosse observado o critério populacional, ou, para ser mais justo e até para compensar a forma de distribuição desses 1,5%, que se utilizasse o critério do Fundo de Participação dos Estados para que novos recursos sejam destinados às diferentes unidades federativas. Fica a sugestão. Depois, discutiremos um pouco mais. Tenho esses dados à disposição. Acho que podemos discutir um critério de distribuição mais justo.

Estou à disposição para trocar algumas idéias.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Cals) - Esta Presidência registra a presença do Prefeito eleito de Acaraú, Deputado Manoel Duca. Não me recordo se registrei a presença do Deputado Guaracy. Se não o fiz, faço-o agora. Registro ainda a presença de alunos da UNIFOR e FANOR. As demais presenças serão registradas por meio do cerimonial.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Quero deixar claro, até porque não o fiz da vez passada, que as 3 grandes entidades nacionais presentes



vão participar da discussão de temas como esporte social, futebol, políticas públicas para o esporte, desporto de rendimento e outros.

Contamos com a presença do Comitê Olímpico Brasileiro, representado pelo José Gustavo, do Comitê Paraolímpico Brasileiro, representado por Roberto Vital, e da CBF, representada pelo seu Vice-Presidente, Sr. Sebastião Bastos.

Quando me referi ao futebol, logicamente deveria ter citado a participação do Presidente do Fortaleza, Dr. Clayton Alcântara Veras.

Solicito aos painelistas, tendo em vista a vontade de que todos sejamos objetivos no mérito da nossa reunião, a compreensão de que a honra — e acho que se faz desnecessária — da citação de todos os presentes seja apenas do nosso Presidente Marcos Cals, que, com certeza, representa a Mesa no plenário da Assembléia.

Antes de passar a palavra ao Dr. Roberto Vital, vou solicitar ao nosso Relator, Deputado Gilmar Machado, até para demonstrar aos presentes, a forma procedimental que utilizamos, com a compilação de todas as informações que nos têm sido feitas aqui para serem inseridas no seu relatório.

Logo após, para encerrar o painel sobre esporte social, vou passar a palavra ao Dr. Roberto Vital. Mais uma vez solicito a todos que sejam breves e objetivos.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Bom dia a todas e a todos. Na pessoa do Presidente Marcos Cals, quero cumprimentar a todos e saudar o nosso companheiro e amigo Bismarck Maia, que nos convidou. A nossa Comissão entendeu que o Ceará deveria receber esta audiência.

Sinteticamente vou dizer aqui qual é o grande objetivo e o que se pretende com o Estatuto do Desporto.

O que se quer hoje no Brasil é dar ao esporte o mesmo tratamento dado à saúde e à educação; que o esporte seja, de fato, política de Estado, e não apenas de Governo. Sai Governo, entra Governo e não se muda nada. Não importa qual partido vença, quem seja o Prefeito, ou o Governador, mas hoje, por exemplo, a educação tem uma fonte de financiamento, tem uma linha que tem de ser seguida. Pode haver algumas alterações, é típico de cada um, mas a estrutura global vem sendo mantida. Ninguém tem condições, por exemplo, de acabar com a educação básica e superior. Há uma estrutura definida — o mesmo ocorre na saúde.



Contudo, no esporte, ainda não temos um sistema nacional, que, por exemplo, oriente e norteie o funcionamento do setor, deixando claro o papel do Município, do Estado e da União. Hoje, não temos nada disso.

Claramente, qual é o papel do Governo do Estado em relação ao esporte? Não temos essa definição clara. A mesma coisa no que se refere à União. Em alguns lugares, todos trabalham para atender ao esporte de alto rendimento, enquanto o esporte educacional enfrenta diversas dificuldades. Assistimos, agora, à volta do esporte educacional. Começa a crescer e a ganhar peso. É o que diz o art. 217 da Constituição. Esse artigo estabelece o papel prioritário do Estado — entendido como os entes: Município, Estado e União —, ou seja, define o que é esporte educacional e o que é esporte social, como o nosso Secretário acabou de dizer aqui.

Entretanto, não adianta dizer que tudo isso é importante se não há fonte de financiamento. Qual é a prioridade? Vemos as prioridades quando analisamos o Orçamento. Culturalmente, temos no Brasil 2 leis de financiamento: a Lei do Audiovisual e a Lei Rouanet. Qual é a do esporte? Não temos nenhuma lei de incentivo fiscal ao esporte no Brasil. Hoje, a Lei Agnelo/Piva destina 2% dos prêmios da loteria para o Comitê Olímpico e para o Paraolímpico. Não se tem nada semelhante, por exemplo, para os esportes não-olímpicos, como é o caso do futsal, do skate, do parapente e de outras modalidades não-olímpicas, e que portanto não têm fonte de financiamento.

Com o Estatuto vamos poder unificar o sistema nacional de esporte.

Hoje, o Governo, entendendo as dificuldades enfrentadas pelo futebol brasileiro, a principal de nossas modalidades esportivas, vai incluí-lo no Estatuto do Esporte. Esse estatuto está no *site* da Câmara, mas, se vocês quiserem, tenho aqui as cópias. O Deputado Gony Arruda providenciou cópias do Estatuto, para que todos possam acompanhar.

O Governo vai editar, ainda este mês, uma medida provisória para o futebol — se alguém desejar, temos cópias também. Há uma polêmica, e exatamente sobre isso estamos ouvindo as partes interessadas. Hoje temos uma série de leis — Lei Zico, Lei Pelé, Lei Maguito. Vamos substituí-las por um único instrumento. O mesmo aconteceu com o Estatuto do Torcedor, que nos possibilitou ter campeonatos mais organizados, com calendários definidos. Mas ainda há problemas. Alguns árbitros



reclamam dos sorteios, outros reclamam de outras coisas. Estamos colhendo sugestões, para que possamos fazer as devidas alterações.

Quanto à MP do Futebol, este é um dos pontos polêmicos. Será criada mais uma loteria no Brasil, a Time Mania, para financiar o futebol. Hoje os clubes de futebol têm uma dívida de aproximadamente 800 milhões de reais com o Governo, entre INSS, Fundo de Garantia e Receita. Essa dívida, a partir do ano que vem, vai voltar para zero. A partir de janeiro, nenhum clube deve mais. Todos receberão um certificado informando que não têm mais dívida com o Governo. A loteria é que vai financiar, ao longo dos anos, o pagamento dessa dívida. Com isso, o clube vai poder sobreviver. Oitenta por cento dos recursos serão usados para pagar a dívida, e nem entrarão no caixa do clube. O Governo, por intermédio da Caixa Econômica Federal, arrecada o dinheiro e já paga INSS, Fundo de Garantia, Receita. Com os 20% restantes, o clube poderá sobreviver e fazer investimentos.

O time vai ceder ao Governo sua logomarca, para ela trabalhar e ganhar recursos. Com isso, acabarão as dívidas. Em 8 anos, os clubes que mais devem — é o caso do Flamengo — vão conseguir pagar sua dívida. Os que têm dívidas menores, como o São Caetano e o Cruzeiro, por exemplo, conseguindo pagar a dívida em um ano, no segundo terão o dinheiro todo nas mãos para fazer investimentos. Esta é uma política nova, mas que cria problemas. Por um lado, ela volta a garantir apoio ao clube formador, o que é importante. Por outro, cria dificuldades para os jogadores. Temos que dialogar. Volta a concentração, volta a figura do aprendiz — quem trabalha com criança e adolescente a conhece bem —, proíbe a saída do Brasil de atletas de menor idade, porém, os jogadores perdem o direito de arena e uma série de outros. Esse problema precisa ser discutido agora, não depois que a lei estiver pronta. Quando da elaboração do Estatuto do Torcedor, ouvi muita gente dizer que não haveria sorteio, que isto não aceitaria, que o negócio de ponto corrido não funcionaria, e não sei o quê. Quando a lei foi votada, todo mundo teve que cumpri-la.

Esta lei, quando for votada, vai ser cumprida. O Governo vai fazer com que se cumpra. Portanto, a oportunidade do debate é agora.

Encerro dizendo que, com a anuência do nosso Presidente, Deputado Deley, começamos a fazer conferências. Iniciamos pela Região Sudeste. Estivemos em São Paulo, estamos hoje em Fortaleza, estaremos em Florianópolis quinta e sexta-



feira. Depois vamos a Belém, Campo Grande e Rio de Janeiro, onde encerraremos, na primeira semana de dezembro. Ouviremos todo o País.

Quem tiver sugestões, pode enviá-las por escrito. Os que não quiserem poderão falar. Está tudo sendo gravado. Vamos anotar, vamos colher todas as sugestões, para que possamos, no final de dezembro, apresentá-las à Câmara, a fim de que ali seja elaborado o relatório e o Brasil de fato possa ter uma lei que crie um sistema nacional de esportes, evidentemente dando tratamento especial ao futebol. Ele vai fazer parte do Estatuto, não será um capítulo à parte, como quer a CBF e outros. Entendemos que futebol é também esporte. Não pode haver uma lei para o futebol e outra para as demais modalidades esportivas.

O Brasil precisa dar ao futebol o tratamento de que ele precisa, mas é necessário ajudar as demais modalidades. Como muito bem disse o Deputado Deley, o futebol é um instrumento importante de inclusão social, uma fonte econômica e, portanto, não pode ser visto apenas como pelada de final de semana.

O esporte é fundamental para a formação de uma nova realidade. O esporte disciplina. Como educador, sei quão importante é o esporte: ele tem regras, normas, coisas de que a sociedade brasileira precisa inclusive para diminuir a violência e a criminalidade. O esporte ensina. Qualquer que seja a modalidade esportiva, para cada partida há regras, há alguém que discipline — no caso, um juiz. O mesmo acontece na sociedade. Temos normas e regras. Quando não há acordo, um juiz determina o que deve ser feito para que possamos manter nossa convivência. É exatamente isso que pretendemos.

Agradeço a oportunidade. Agradeço ao Deputado Gony Arruda, que está coordenando os trabalhos, e à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará por sediar este encontro da Câmara dos Deputados para a Região Nordeste. Esperamos sair daqui com grandes contribuições, para que possamos ter o melhor relatório possível.

Como Relator, vou procurar ouvir todos. O relatório não vai ser perfeito, mas vou procurar errar o mínimo possível, a fim de que possamos contribuir para que o esporte venha a crescer em todo o Brasil.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Deputado Gilmar Machado.



Concedo a palavra ao Dr. Roberto Vital, representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

S.Sa. dispõe de até 10 minutos.

Antes, agradecemos ao Deputado Marcos Cals a gentileza de nos oferecer um *brunch*, de modo a que não tenhamos de interromper os trabalhos.

Gostaria de propor que entre um e outro painel tenhamos a participação de Deputados da Casa. Afinal, estamos numa Casa de Deputados Estaduais. Depois, prosseguiremos os trabalhos.

**O SR. MOÉSIO LOIOLA** - Gostaria de me inscrever, Deputado Gony Arruda.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Está inscrito o Deputado Moésio Loiola para manifestar-se entre o primeiro e o segundo painéis.

Com a palavra o Dr. Roberto Vital.

**O SR. ROBERTO VITAL** - Sr. Presidente, agradeço por participar da Comissão Especial do Estatuto do Desporto, promovida pela Câmara Federal e pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

O Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Dr. Vital Severino Neto, não pôde estar presente e eu o estou representando.

Gostaria de, em pouco tempo, fazer algumas considerações a respeito do esporte paraolímpico, que não deixa de promover a inclusão social e de ser também um esporte de alto rendimento.

Antes, agradeço a participação das pessoas portadoras de deficiência aqui presentes.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O esporte em si, além de ser fator de inclusão social, supera barreiras.

A importância do esporte paraolímpico para as pessoas portadoras de necessidades especiais. Todos sabem as dificuldades que temos de acessibilidade. Ao plenário, por exemplo, e por aí fora.

O esporte derruba barreiras, elimina preconceitos. O deficiente não precisa de pieguismo; ele precisa de oportunidade.

Este é Tenório, tricampeão nas Paraolimpíadas de Atenas.

Esta é Rosinha, de Pernambuco. Ela foi injustiçada. Bateu o recorde mundial, mas não recebeu medalha, pelo sistema injusto na classificação funcional.

O esporte leva ao reconhecimento.



Houve bastante divulgação na mídia da última paraolimpíada, em Atenas. Vejam Fabiana Harumi, medalha de ouro em Sydney e em Atenas, na natação.

A atividade física, de modo geral, não só para o portador de deficiência, traz benefícios. A prática de atividade física regular leva à prevenção de doenças e à melhora na qualidade de vida. Com o portador de deficiência não é diferente. É necessidade preponderante para a melhora da sua qualidade de vida.

A atividade esportiva, como foi dito anteriormente, tem 3 fases: a recreativa, a esportiva e a competitiva. A competitiva precisa ter regras. Senão, torna-se atividade recreativa.

Dentre as finalidades primordiais do esporte estão as terapêuticas: promover a reabilitação física e psicológica, promover a reeducação para a saúde, melhorar a capacidade funcional das partes lesionadas, aprimorar a técnica e o manejo dos materiais essenciais a sua locomoção, tornar o indivíduo mais independente e facilitar o reingresso da pessoa na vida familiar, social, educacional e profissional. Então, é a verdadeira inclusão em todos os sentidos, não só educacional, no esporte, na sociedade. Muitas vezes se consegue muito mais pelo esporte do que por uma atividade regular.

A fase competitiva. O primordial hoje para o Comitê Paraolímpico é favorecer a transição entre a deficiência e a aptidão; predispor a pessoa a níveis de rendimento mais elevados, melhorar sua auto-estima, proporcionar vivência de sucesso e valorizar a eficiência.

O idealizador dos jogos paraolímpicos mundiais foi o Prof. Ludwig Guttmann, que fundou o primeiro centro de reabilitação, na Inglaterra, após a II Grande Guerra Mundial, o Centro de Tratamento para Lesionados Medulares, no Hospital Stoke Mandeville, onde há até hoje os jogos mais tradicionais para as pessoas portadoras de deficiência.

Em 1952, houve os primeiros jogos internacionais entre a Holanda e a Inglaterra. Naquela época, volta-se mais para a atividade recreativa.

No Brasil, o movimento paraolímpico iniciou-se em 1958, com Robson Almeida Sampaio, que veio dos Estados Unidos e fundou o Clube do Otimismo no Rio de Janeiro, e Sérgio Delgrande, do Clube dos Paraplégicos, em São Paulo. O primeiro jogo entre as 2 cidades foi em 1959, no Maracanãzinho, basquete em cadeira de rodas.



O início dos jogos paraolímpicos foi em Roma, em 1960, logo após os Jogos Olímpicos. Naquela época, participaram 400 atletas de 23 países. O próximo foi realizado em Tóquio.

O Brasil teve a primeira participação internacional nos Jogos Parapan-americanos da Argentina e, logo em seguida, na Jamaica. Nos Jogos Paraolímpicos, a primeira vez foi em 1972, na Alemanha.

As Paraolimpíadas foram se sucedendo. Em 1984, o Brasil teve sua primeira participação e obteve sucesso, conquistando medalhas. Essa Paraolimpíada foi dividida entre Inglaterra e Estados Unidos.

A partir da década de 80, foram criadas várias entidades nacionais. A primeira delas foi a Associação Nacional de Desportos para Deficientes — ANDE. Sucessivamente, vieram: a Associação Brasileira de Desportos para Amputados — ABDA, que se fundiu com a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas — ABRADECAR, a Associação Brasileira de Desportos para Cegos — ABDC, e a Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais — ABDEM.

O primeiro resultado expressivo que tivemos foi nas Paraolimpíadas de Seul, em 1988, quando conquistamos 4 medalhas de ouro, 9 de prata e 14 de bronze. Em seguida, em Barcelona, onde também tivemos um excelente resultado, conquistando 3 medalhas de ouro e 4 de bronze, com 2 recordes mundiais.

Em 1995 foi fundado o Comitê Paraolímpico Brasileiro. Sua primeira participação foi em Atlanta. Teve como objetivo preparar os atletas.

Em Sydney tivemos resultados expressivos, num total de 22 medalhas, sendo 6 de ouro, 10 de prata e 6 de bronze. Dentre as medalhas de ouro, 4 foram conquistadas com recordes mundiais.

A missão do CPB é representar e consolidar o esporte paraolímpico brasileiro nos cenários nacional e internacional, buscando a universalização de oportunidade para o acesso das pessoas portadoras de deficiência à prática do esporte.

O objetivo do CPB nas Paraolimpíadas era nos colocar entre os 20 países mais desenvolvidos no paraolimpismo mundial.

O foco paraolímpico: as competições nacionais, as Paraolimpíadas, as competições internacionais e a parte de *marketing* e divulgação, porque muitas vezes o paraolímpico fica esquecido.



No âmbito internacional, somos regidos pelo Comitê Paraolímpico Internacional — IPC, que tem subdivisões de acordo com a deficiência de cada indivíduo. No olímpico, os esportes são agregados por modalidade, enquanto que, no paraolímpico, são agregados atualmente por deficiência. A tendência natural é subdividir por modalidade.

No âmbito nacional, temos o Comitê Paraolímpico Brasileiro, a Associação Brasileira de Desportos para Cegos, a Associação Nacional de Desportos para Deficientes, a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas, a Associação Brasileira de Desportos para Amputados e a Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais. A ABRADACAR e a ABDA fundiram-se pelo Estatuto Internacional.

O símbolo do IPC mostra-nos que o objetivo do esporte paraolímpico é corpo, mente e espírito. Se essas coisas não andarem juntas, não vamos a lugar nenhum.

Atualmente, no esporte paraolímpico, há 23 modalidades, sendo 19 de verão, como os jogos que tivemos agora, e 4 de inverno.

Nas últimas Paraolimpíadas participamos em 13 modalidades, com 98 atletas. Participamos do ciclismo, da esgrima, do halterofilismo — o Alexander ficou em quarto lugar —, do tênis de mesa. Não ganhamos medalha nessa modalidade.

Representando o Ceará, tivemos: à esquerda, o Eugênio, que participava da equipe permanente, não por critério de *ranking*. Participamos também do tênis em cadeira de roda, da natação, na qual obtivemos os melhores resultados. A Fabiana foi campeã pelos deficientes visuais. No futebol de cinco, para cegos, ganhamos a última medalha nas Paraolimpíadas de Atenas. Estávamos empatados com o México nos resultados gerais, mas, com essa medalha, nós o ultrapassamos. No futebol de cegos e paralisados cerebrais ficamos em terceiro lugar, em Sydney, e em segundo lugar em Atenas. No atletismo, houve vários resultados expressivos.

Aqui a Rosinha, de quem já falamos. Ela foi injustiçada porque agruparam as classes. Bateu o recorde, mas não levou medalha.

A Ádria Santos, uma das nossas melhores representantes no Atletismo. É cega. Foi medalha de ouro, prata e bronze nas Paraolimpíadas de Atenas.

Pela primeira vez o Brasil participou do golbol, um tipo de handebol para cegos. Há 3 atletas em cada equipe. Eles têm de jogar a bola um contra o outro para fazer o gol.



No Judô, tivemos o Tenório, que foi campeão paraolímpico em Atlanta, Sydney e agora em Atenas. É um dos únicos atletas tricampeões mundiais na classe B-1, dos cegos.

Pela primeira vez participamos no hipismo.

Basquete em cadeira de rodas. Estivemos em Atlanta com o basquete feminino e este ano fomos com o basquete masculino.

Não participamos do Judo, do Tiro, da Bocha, do Tiro ao Arco, o Arco e Flecha, o Voleibol sentado, o Hockey, que não praticamos no Brasil.

Nos esportes de inverno, o Esqui e o Hockey.

Está-se introduzindo a dança como esporte paraolímpico.

Já que se está falando em regiões, em conferências, esta imagem mostra as regiões brasileiras. Nos dividimos também por regiões.

Competições que temos nacionalmente: jogos abertos, jogos regionais, jogos brasileiros por modalidade; jogos brasileiros paradesportivos, que incluem todas as modalidades; jogos mundiais por modalidade, que são de 4 em 4 anos; jogos parapan-americanos, que pela primeira vez serão realizados no Brasil (em 2007). A sede do paraolímpico vai ser a mesma que abrigará o olímpico, como nas paraolimpíadas.

Os jogos paraesportivos são um evento tradicional. Servem de *ranking* para selecionar atletas para participarem dos mundiais e das paraolimpíadas.

Objetivos: motivar, desenvolver e “ranquear” nacionalmente os atletas paraolímpicos e formar a base da seleção brasileira permanente.

O Comitê Paraolímpico lançou o Prêmio Desempenho Paraolímpico.

Os atletas de Sydney até hoje, por cada medalha que ganharam (prata, bronze e ouro), premiados com base no critério técnico: *ranking*, provas individuais, coletivos e critérios dos treinadores.

A sede do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Os recursos hoje do Comitê Brasileiro vêm principalmente dos recursos da Lei Agnelo/Piva, como já foi dito, além dos contratos de patrocínio. Nas paraolimpíadas de Atenas tivemos apoio das loterias da Caixa, da Visa Internacional, da UNIMED, como plano de saúde, e da UNIODONTO, como plano odontológico. Então, nossa meta foi Atenas.



Aqui a abertura dos jogos paraolímpicos de Atenas e a nossa delegação. Vale ressaltar que é a maior delegação de todos os tempos até hoje em participação em paraolimpíadas, com 98 atletas.

Em relação aos resultados que tivemos, nosso objetivo era ficar entre os vigésimos colocados no *ranking* mundial. Ficamos em 14<sup>o</sup>, sendo o 3<sup>o</sup> no âmbito das Américas, depois dos Estados Unidos e do Canadá, e o 1<sup>o</sup> das Américas Central e Latina.

Aqui mostramos os atletas medalhados na parte de ouro (14 medalhas de ouro) e o maior fenômeno masculino nessas paraolimpíadas, o Clodoaldo Silva, com 6 medalhas de ouro e 1 de prata.

O futebol de cegos: 2 medalhas de prata e 7 de bronze.

Deficiência não é empecilho para que o indivíduo participe da sociedade.

Aqui o triunfo do espírito brasileiro no desempenho da atleta Ádria, que foi vitoriosa em Barcelona, Atlanta, Sydney e agora em Atenas.

Nosso maior medalhista. Ele teve 6 medalhas em Sydney, 6 de ouro e 1 de prata em Atenas. É bom lembrar que o atleta Clodoaldo, da minha cidade natal, não tinha nenhum patrocínio. Um hotel o ajudava. Ele virou não só ídolo nacional como internacional. Onde chega, todo mundo quer tirar foto com ele e pede autógrafos. Hoje faz palestras para algumas empresas, como a Unilever e o Boticário, uma maneira de ter algum rendimento.

A mensagem final idealizadora dos jogos paraolímpicos: a causa mais nobre do esporte para as pessoas portadoras de deficiência é ajudá-las a restaurar a conexão com o mundo que as rodeia, evitar que, como antigamente acontecia, fiquem isoladas nas suas casas. É preciso acabar com o pieguismo, porque essas pessoas não precisam disso. Elas precisam de oportunidade e incentivo. Não só no esporte, mas na educação e na saúde.

Desde o censo de 2000, sabemos que 14,5% da nossa população, 24 milhões de pessoas, são portadoras de algum tipo de deficiência. Essas pessoas precisam sair de casa e ser incluídas no mercado de trabalho, nos estudos e no esporte. Essa é a melhor reabilitação. E realmente o esporte faz isso.

Agradeço a todos e os parabéns por esta conferência a respeito do Estatuto do Esporte, que pretende melhorar a qualidade e o incentivo ao esporte, não só olímpico como paraolímpico.



Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Obrigado, Sr. Roberto Vital, Diretor do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Aproveito para agradecer mais uma vez a presença dos esportistas interessados no tema dos portadores de deficiência motora.

Vamos passar para o painel do futebol. Ouviremos o Sr. Sebastião Bastos, Vice-Presidente da CBF, os Presidentes do Fortaleza Esporte Clube e do Ceará Sporting Clube, respectivamente.

Antes, porém, como havia anunciado, concederei a palavra a alguns Deputados inscritos, por até 3 minutos.

Os painelistas dispõem de 10 minutos. Quando chegarem aos 8 minutos vou-lhes avisar, para que o trabalho possa seguir de forma rápida e justa com todos os que estão falando.

Com a palavra o Deputado Moésio Loiola.

S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

**O SR. MOÉSIO LOIOLA** - Deputado Bismarck Maia, quero felicitar o Deputado mineiro Gilmar Machado, que na CPI da CBF talvez tenha sido uma das figuras mais marcantes. Também quero felicitar o Deley.

Tenho muito medo da interferência do Governo e da política principalmente no futebol. Há coisas que temos que discutir.

Quanto à CBF, por exemplo, principal caixa-preta do futebol, é preciso mostrar à luz do dia o seu balanço, mostrar o que realmente ocorre lá dentro. Ela tem poder e muito dinheiro; está lá em cima, enquanto os times estão lá em baixo, de modo geral.

Vejam aqui o Presidente do Ceará, que em seu time teve muitas questões trabalhistas — ele recebeu uma herança maldita, uma espécie de chute nas canelas — e vejam o Flamengo, que virou uma vergonha. Não que o jogador tenha culpa. O time é ruim mesmo. E o Botafogo de 1967, 1968. Ele não precisava de dirigente. O Fluminense, que revelou Deley, Rubens Galaxie e todo o time que virou um ciclo vencedor, não precisava de dirigente.

A Rede Globo todo o dia mostrava a Daiane dos Santos, criava toda uma expectativa, mas foram os deficientes quem deram verdadeiro *show* nas paraolimpíadas. E eles nem tinham destaque. Os amadores é que foram aparecer.



A gente vê uma Granja Comari, um negócio de primeiro mundo, e pensa que não há pobreza no Brasil, não há favela, absolutamente nada. Mas os times estão cada vez mais falidos, mais arreventados.

Não estou propondo nenhuma retaliação aos dirigentes da CBF, mas há que se elucidar totalmente o que ocorre lá, quanto ganham.

Aqui há atletas profissionais, representantes de sindicatos. Estava conversando com o Serginho sobre a imposição que nos faz a televisão. Ver um jogo em Sobral às 3 horas da tarde é coisa fora de qualquer realidade, e isso não está no Estatuto do Torcedor. Trata-se de respeito. A *Globo* fala muito em segurança pública no Brasil, mas jogo no Rio de Janeiro tem que ser transmitido depois da novela, às 11 horas da noite.

Tiraram do futebol o romantismo, a beleza, o diletantismo, a arte.

Como falei, aquele time do Botafogo de 1967/68, com Carlos Leônidas, Valdeci, Nei, Carlos Alberto, Gerson, Jairzinho, Roberto e Paulo César, não precisava nem de treinador, quanto mais de dirigente. O dirigente vem para cá pensando que vai botar a mão na "bufunfa", e gente vê a premiação, que é fora da lei. E para quem pagou a Previdência em dia, qual é o prêmio? Nenhum.

Gostaria de passar por esse debate.

Aqui tem atletas como o Deputado Deley, cabra macho. O baixinho era uma enormidade! Hoje é Deputado. Eu sou Deputado Estadual. Era cuspidor de microfone, gritador de gol, e me tornei conhecido. Quer dizer, o futebol massifica.

Enquanto não se tiver a elucidação de um bocado de coisas, enquanto não se passar por um choque cultural...

Vai ter dirigente de futebol brasileiro que, quando vir essa medida provisória, vai morrer de tristeza. O Governo vai realmente fazer o povo pagar aqueles rombos todos que os Presidentes fizeram, pelo que estou vendo.

Perdoe-me o representante da CBF, por quem tenho muito respeito, mas no esporte o carro-chefe é o futebol.

Enquanto não passar por uma devassa total a CBF...

A CBF hoje é tão importante que mudou até a Constituição. Um cidadão pode ter um direito contrariado e não pode ir à Justiça. Olhem a força da entidade. Parece que ela comanda hoje, e é uma instância totalmente viciada.



Estava falando com o Cezar Vieira que quando o futebol de salão era amador era a maior beleza do mundo. Virou profissional, perdeu aquele romantismo.

Muito se discutiu a lei do passe, mas o jogador de futebol está parecendo aquele frouxo que intima com outro, chega no bar, desacata e diz: “*Segura o homem!*”, porque ele não quer brigar. Ao que parecia, o jogador queria uma parceria maior.

Jogador de futebol — com todo o respeito à mulher — está muito parecido com mulher separada: é cantada por todo o mundo e respeitada por muito poucos. Quando ele fica de passe livre é mais ou menos assim que fica.

Temos que discutir e rediscutir.

Perdoe-me o Vice-Presidente da CBF, mas o grande mal do futebol brasileiro é o que está engessado, o que está escondido, o que está por debaixo dos panos na Confederação Brasileira de Futebol. É dinheiro demais, é interesse demais! Se não passarmos realmente a limpo a CBF, principalmente no futebol, ela viverá eternamente como na *Salve, Rainha*: gemendo e chorando no vale de lágrimas. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Com a palavra a Deputada Tânia Gurgel.

S.Exa. dispõe de até 3 minutos, a exemplo do Deputado Moésio.

**A SRA. TÂNIA GURGEL** - O Moésio mereceria até mais, pelo conhecimento que tem do esporte, em especial do cearense. Eu, na verdade, não tenho profundo conhecimento de esporte.

Antes de tudo, quero saudar a Mesa, meu amigo Bismarck Maia, meu amigo Gony Arruda, do Estado do Ceará, as autoridades presentes e, em especial, o grupo de portadores de deficiência, que sempre participa das discussões e das lutas para que possamos avançar nas políticas públicas.

Não tenho o mesmo aprofundamento no esporte que têm todos os que me antecederam, mas tenho experiência e uma história de vida.

Iniciei meu trabalho na área social com adolescentes infratores e há 25 anos já tinha muito claro que o esporte é a saída para muitas mazelas sociais que existem no Brasil e no Ceará, em especial. Sempre vi no esporte essa característica. Tivemos uma (*falha na gravação*) com a construção de 19 ABCs em Fortaleza, 57 no interior do Estado, todos com uma quadra poliesportiva ao lado, 3 vilas olímpicas



no Governo Tasso Jereissati. Acreditamos no esporte para essa juventude que está sem rumo na periferia de Fortaleza.

Tenho certeza de que o esporte terá grandes respostas para essa juventude, que na maioria dos bairros não tem um campo de futebol para jogar e que fica muitas vezes num quadrilátero mínimo, jogando uma bola formada ainda de pano ou do que quer que seja, mas buscando uma perspectiva.

O meu discurso, Deputado Bismarck Maia, é no sentido de que há necessidade de entender o esporte como política pública social com recursos garantidos no Orçamento.

Tenho uma curiosidade. Venho acompanhando o Orçamento nos âmbitos federal e estadual, e o recurso que existe, meus senhores e minhas senhoras, é muito pequeno. No âmbito do Estado do Ceará, vindo com nosso *expert* em Orçamento na área da Secretaria de Esporte e Juventude, a maioria dos recursos que estão no Orçamento são transferências de outras fontes. Temos visto resultado muito pequeno de transferências do Governo Federal para o Governo Estadual nessa área.

É preciso que se tenha concretamente um Orçamento público que trate o esporte com respeito.

Sou louca pelo Ceará. Vim hoje de preto e branco não por coincidência.  
(*Palmas.*)

Deputado Bismarck Maia, estou ouvindo o tempo todo falar na questão do esporte profissional, que o Moésio Loiola abordou muito bem — não entro nesse mérito porque não entendo do assunto. Só sei amar o meu time, a ponto de ouvir o senhor e o Gony ontem falando sobre o Fortaleza, no *Debate Bola* — depois comentamos isso —, mas sei que a juventude do Estado do Ceará está afogada nas drogas e que substituir essa droga pelo esporte é a melhor arma para se trabalhar essa criança e essa juventude.

Espero que essas medidas provisórias, essas lutas, este momento em que estamos aqui hoje resultem em algo concreto para a juventude do Estado do Ceará. É preciso que saia daqui algo concreto. É importante que estejamos discutindo e avançando, mas espero que haja uma política pública séria para essa juventude, porque o esporte, para mim, talvez seja uma das maiores vertentes sociais que existem neste País.



Muito obrigada.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigada, Deputada Tânia Gurgel. Deputado Deley, Deputado Gilmar Machado, senhores convidados do Brasil, esta é a nossa Deputada guerreira, grande representante, com certeza, de todas as mulheres cearenses.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Cals) - Deputado Bismarck Maia, por gentileza, a Presidência precisa fazer um comunicado.

Àqueles convidados que quiserem fazer suas considerações por escrito, o gabinete do Departamento Legislativo está à disposição para registrá-las, e todas serão encaminhadas ao Deputado Gilmar Machado. Apenas faça esse lembrete para que possamos auxiliar o Relator da matéria.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Vamos iniciar, então, o segundo o painel: *Futebol*.

Com a palavra o Sr. Sebastião Bastos, Vice-Presidente da CBF. S.Sa. dispõe de até 10 minutos.

Lembro o que disse anteriormente: avisarei quando o orador chegar ao oitavo minuto, embora o painel à frente registre o tempo de 10 minutos em ordem decrescente.

Com a palavra o Sr. Sebastião Bastos.

**O SR. JOSÉ SEBASTIÃO BASTOS** - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Marcos Cals, lembro que quando seu saudoso pai foi Governador e Ministro de Estado, sempre ia a Maceió. Ligado à família Alexandre Dantas Cavalcante, comecei a conhecê-lo e admirá-lo. Cumprimento o Exmo. Sr. André Lima, que representa o Governador Lúcio Alcântara, os Srs. Deputados Federais Deley, Bismarck Maia e Gilmar Machado e o Deputado Estadual Gony Arruda, Primeiro-Secretário da Casa e autor do requerimento de realização desta sessão especial. Devo dizer que o Deputado Gony é hoje uma espécie de ligação, de elo, de intérprete do desporto nordestino. Agradeço a S.Exa. sua lembrança para que a CBF fosse convidada para esta reunião. Recebi telefonema do Presidente Ricardo Teixeira para aqui me encontrar. Da minha terra, Maceió, Alagoas, vim, com muito prazer, participar desta reunião. Cumprimento também o Sr. Gustavo Costa, representante do Comitê Olímpico Brasileiro, que representa o Presidente Nuzman, e o Sr. Roberto Vital, que representa o Comitê Paraolímpico Brasileiro.



Sr. Presidente, como já disse ao Deputado Gony, fico feliz por representar a CBF, que não foge de participar das reuniões que dizem respeito ao desporto e principalmente ao futebol, esporte que ela especificamente dirige.

O Deputado que me antecedeu mencionou algo sobre a CBF. Começo dizendo que a Granja Comari vem desde a época do saudoso Almirante Heleno Nunes, que conseguiu aquele terreno. Os demais sucessores trabalharam para mantê-la e hoje ela é exemplo de administração. Seleções que vêm de fora, quando a freqüentam, se entusiasмам.

Quero dizer também que a CBF não fecha suas portas para qualquer auditoria. Temos lá o INSS, a Receita Federal, está à disposição de quem quer que seja. Devo também mencionar as grandes despesas que têm a CBF com manutenção.

Na gestão Ricardo Teixeira a CBF foi tetracampeã e pentacampeã, título que nenhum país do mundo tem. Os países de Primeiro Mundo só têm até o tricampeonato, mas já somos pentacampeões. Temos campeonatos de amadores, Sub-14, Sub-15, Sub-16, Sub-17, Sub-18, enfim, vários campeonatos mundiais.

Meu caro Deputado, a CBF patrocina com exclusividade campeonato de futebol entre favelas, com a participação de quase 100 favelas do Rio de Janeiro. Dez mil favelados participam desse campeonato promovido pela CBF todos os anos, com todo o material esportivo e passagens. Hoje temos favelados na Europa.

A CBF mantém com exclusividade um campeonato feminino, cuja seleção brilhou há pouco nas olimpíadas. A Marta, atleta alagoana, está até na relação para melhor jogadora do mundo. A CBF precisa divulgar mais o que faz; não somente divulgar o pentacampeonato, mas divulgar tudo o que há em termos de futebol amador para que o público brasileiro tome conhecimento.

Meu caro Presidente, ao agradecer o convite, a gentileza, o cavalheirismo, quero dizer que a CBF, com o Presidente Ricardo Teixeira, que como Vice-Presidente estou representando, está à disposição. Em boa hora esta Comissão Especial resolveu levar esse Estatuto para as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, para que todos tenham conhecimento, para que não tenhamos a cada Governo uma lei: Lei Zico, Lei Pelé, lei isso e aquilo. Vamos ver se desta vez acabamos com isso e tenhamos um estatuto de âmbito nacional,



para que cresça não somente o futebol, mas todo o desporto amador do Estado, o desporto olímpico, com essas medidas que já estão em poder da Comissão.

Todos, não somente do Ceará, mas da região nordestina, devem de imediato enviar suas observações, o que desejam, o que é necessário para ajudar a Comissão do Desporto.

Sr. Presidente, agradeço e renovo minha disposição de também dar meu apoio a esta Comissão do Desporto Nacional. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Sr. José Sebastião Bastos, Vice-Presidente da CBF.

Concedo a palavra ao Presidente do Fortaleza Esporte Clube, Sr. Clayton Alcântara Veras, a quem desde já parablenizo pelo sucesso do Fortaleza nessa fase final. V.Sa. dispõe de até 10 minutos. Lembrarei quando der 8 minutos, mas o painel está a sua frente.

**O SR. CLAYTON ALCÂNTARA VERAS** - É muito difícil ser presidente de um clube, principalmente no Nordeste, porque fazemos o futebol no Estado do Ceará com muito romantismo. Hoje se vê no Brasil a necessidade do profissionalismo. Cada vez mais o futebol torna-se profissional. Hoje, o futebol depende de várias circunstâncias, de várias tendências e de apoio. Por exemplo, hoje é preciso ter boa marca para arrumar patrocinadores, para ajudar o clube; é preciso ter ligações com a televisão, por consequência, é preciso ter boa marca. Um clube nunca será grande se não tiver uma boa base, a base de amador, a base da escolinha.

Pensando neste último aspecto, no começo do ano começamos a distribuir os cadernos que vocês viram, que serviram para incentivar a criançada a torcer pelo Fortaleza. Um *marketing* barato e acessível. Distribuimos mais de 250 mil cadernos. Com o passar do ano, a procura pelo Fortaleza aumentou muito por esse motivo e resolvemos fazer escolinhas em alguns locais da cidade. Passamos de 50 para 680 alunos, quer dizer, houve crescimento muito grande com investimento muito pequeno. Vimos como as boas idéias fazem com que a torcida aumente e com que as pessoas possam escolher o time. Penso que acertamos.

Depois disso tudo, hoje a procura pelo Fortaleza não é só das crianças pela escolinha, é da criança carente. E é incessante, diária. O tempo todo vemos crianças carentes procurando o Fortaleza. Coloco à disposição de todos o Fortaleza Esporte Clube para juntos fazermos com que a estrutura do clube, embora pequena



e modesta, seja um apoio para as crianças carentes do Estado do Ceará, que são muitas.

O Fortaleza Esporte Clube coloca-se à disposição dos senhores para ajudar. Temos o campo, a estrutura de vestiários e de médicos. Concordo com a Deputada que uma saída fácil para a criança carente é o futebol de base, porque ele promove o companheirismo, a união do grupo, a disciplina e ensina a hierarquia.

Estou aqui para aprender, para ouvir e, da maneira que puder, ser parceiro dos senhores nesse Estatuto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Dr. Clayton Alcântara.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Frota, Presidente do Ceará Esporte Clube.

**O SR. ALEXANDRE FROTA** - Em primeiro lugar, saúdo a Mesa em nome do meu amigo Deputado e Secretário André Figueiredo, que muito colabora com nossa administração, com tudo o que realmente precisamos na Secretaria, e também os Deputados, em nome da nossa alvinegra Deputada Tânia Gurgel.

O Deputado Moésio Loiola falou da caixa-preta. Posso assegurar-lhes que todos os clubes no Brasil têm. Os clubes tradicionais têm mais de 50 anos e são realmente caixas-pretas. Presidentes levam documentos dos clubes. Não se pode fazer uma seqüência de trabalho, não nos podemos defender em uma causa trabalhista porque o presidente anterior levou documentação do clube. Realmente, chega a ser sacrificante.

Parabenizo o Governo Federal por essa iniciativa. O Deputado Moésio disse algo muito certo, que o torcedor e nós, contribuintes, vamos pagar pelos erros passados. Mas tinha de haver isso, temos de ter um marco zero para podermos fazer algo. Não poderíamos jamais investir na base, que vai salvar principalmente os clubes do Nordeste. Hoje nosso clube, o Ceará, mais importa do que exporta jogadores. Só vamos mudar o perfil do clube cearense quando passarmos a exportar mais do que importar. Para isso é preciso investir na base, é preciso sobrar dinheiro. Penso que essa ajuda que o Governo vai dar para resolver o problema do furo no caixa dos clubes vai ser boa para ele e também para os clubes.

Saliento que existe um defeito. Li tudo isso na Time Mania na semana passada, quando estive no Rio de Janeiro. Penso que a lei trabalhista para o jogador



tem de ser revista. O jogador está em um processo diferenciado, é profissional diferenciado dos outros, temos de rever isso.

Recebo ações no Ceará em que o jogador cobra por jogar no domingo à noite, quando, no futebol, toda a vida é assim. E o juiz dá-lhe ganho de causa. Quero registrar que o jogador de futebol é o único profissional pago não para ganhar e produzir — para ganhar e produzir tem-se de pagar bicho —, ele é pago só para treinar, e muitos, irresponsavelmente, vão para a noite, enfim. Mas ele não é pago para ganhar.

Não estou falando somente do Ceará, mas de todos os times. Quando se quer ganhar algo, tem de se pagar o bicho, a gratificação. A partir daí ele já é diferenciado.

Gostaria de contribuir com tudo o que tenho visto, que está muito bem feito. Inclusive, o Cabral, pessoa muito gabaritada e que conhece o futebol profundamente, Presidente do CRB, um clube do Nordeste, participou de tudo isso.

Estamos no caminho certo. A lei é fantástica, bem feita, precisa de poucos ajustes. O principal seria esse da parte trabalhista do jogador de futebol.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Sr. Alexandre Frota, Presidente do Ceará Esporte Clube.

O terceiro painel, de Políticas Públicas para o Esporte, tem como conferencista o Sr. Sérgio Redes, nosso Serginho Amizade, que tantas alegrias nos deu no passado — quando era garoto, já o via jogar. S.Sa. é coordenador físico das Faculdades Nordeste — FANOR e Professor da Universidade de Fortaleza — UNIFOR e da Universidade Federal do Ceará.

Conforme havia prometido, entre um painel e outro daremos a palavra a um Deputado. O próximo inscrito é o Deputado Estadual Guaracy Aguiar, que falará por 3 minutos. V.Exa. está com a palavra.

**O SR. GUARACY AGUIAR** - Acredito que o caminho para o esporte brasileiro deve ser esse mesmo. Concordo com o Deputado Moésio Loiola com relação à dívida, porque todos nós vamos pagá-la.

Não sei se esse é o caminho, mas quero fazer somente uma referência ao Deputado Gilmar Machado. Tivemos, no mês passado, uma sessão como esta para tratar do transporte ferroviário no Brasil. Depois de todos os painéis, uma das sugestões foi a edição de medida provisória sobre o assunto.



V.Exa., agora como Relator, fala em medida provisória. Penso que é o caminho mais fácil, porém, é também o mais fácil para se acabar com o Legislativo. Acredito que o Congresso Nacional deveria examinar com mais cuidado essa questão, porque medida provisória deve ser utilizada em caso de urgência e relevância.

Hoje, para qualquer assunto, sugere-se medida provisória, o que diminui muito o Congresso Nacional, o Poder Legislativo. Não deveria ser esse o caminho. Assim, daqui a um tempo, não muito distante, vamos ter medida provisória no Estado e nos Municípios. Quando não se quer submeter ao debate, encaminha-se a matéria por meio de medida provisória e termina com o que ocorre agora, a pauta fica trancada.

É só uma solicitação a V.Exa. no sentido de que estude outro caminho que não o da medida provisória. Temos o Poder Executivo muito forte, hipertrofiado. Gostaríamos que houvesse o equilíbrio entre os 3 Poderes. Era só esse pequeno lembrete. Não queria deixar passar em branco, porque me angustia esse excesso de medidas provisórias que fere o equilíbrio entre os Poderes.

Era o que tinha dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Deputado Guaracy Aguiar.

Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Redes.

**O SR. SÉRGIO REDES** - Bom dia a todos. Parabenizo a Mesa pelo evento na pessoa do Secretário André Figueiredo, cuja administração reputo excelente. Faço parte dela e tenho orgulho de dizer isso.

Existe um samba do Paulinho da Viola que diz: *“Meu pai sempre me dizia, meu filho, tome cuidado. Quando penso no futuro, não esqueço meu passado”*.

**(Não identificado)** - O nome da música é *Dança da Solidão*.

**O SR. SÉRGIO REDES** - Existe hoje em dia a tentativa de o Governo Federal traduzir num documento, que seria uma bíblia do esporte, essa série de intenções esportivas que a sociedade brasileira adotou no último centenário. Quero falar do passado, porque penso que é importante perceber que o esporte no século retrasado pertencia à sociedade. As pessoas se manifestavam livremente, as federações se organizavam livremente.



Quem primeiro percebeu o esporte como instrumento de projeção política muito importante foi o Governo de Getúlio Vargas, que o pinça para si, cria a CND, cria toda a estrutura de confederações, federações, ligas e clubes, estrutura que organizou o esporte brasileiro, sim. Tivemos vitórias: Ademar Ferreira da Silva, Maria Ester Bueno e Eder Jofre; o Brasil foi bicampeão do mundo. Conseguimos nos organizar.

No Ceará tivemos uma geração maravilhosa de jogadores de basquete, vice-campeões brasileiros, sem falar na geração cearense de futebol de salão, que ganhou vários campeonatos. O esporte se organizou, mas numa perspectiva elitista e competitiva, a partir de um governo autoritário e centralizador.

Em 1975, essa lei se fortalece ainda dentro do regime ditatorial, quando se cria a divisão de desporto estudantil, de desporto militar, de desporto classista e de desporto comunitário. Como se definia o desporto naquela época? “Desporto é a atividade física predominantemente competitiva, exercitada segundo regras nacionais e internacionais”.

Mas o País não estava mais satisfeito com as leis. Não estava satisfeito com o esporte. O que ocorreu? Permanecem vivas na mente de todos nós as centenas de comícios pelas Diretas Já. Era preciso mudar o País, era preciso repensar o País. E o País foi repensado. Na área de saúde criou-se o SUS. Criou-se também o documento *Uma Nova Política para o Desporto Brasileiro*, de 1985, discutido durante 2 anos. Temos um seu representante aqui, o Eduardo Elery, que na época era o Presidente da FADEC.

Discutiu-se o País e essa comissão deixou lições importantíssimas: a descoberta de que o desporto tinha de ser estendido a todos na sociedade. Esta é a descoberta do povo brasileiro e dessa Comissão, que se traduziu depois, em 1988, na Constituição Federal: “*É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais*”.

Quando se fala em prática desportiva não formal significa que a mãe de um garoto que está jogando bola na rua não vai dizer para ele ir para casa porque ele tem de estudar e que isso é coisa de vagabundo. Compreendeu-se que a atividade não formal era atividade de lazer da sociedade brasileira.

Essa conquista foi muito importante e deságua na Lei Zico, depois de 1993, e o esporte passa a ter nova conceituação: desporto *performance*, desporto



educacional e desporto participação. Aí reside o grande compromisso do nosso estatuto, penso eu, com o desporto educacional. Em que nível?

Aproveito a oportunidade para parabenizar a Profa. Ioneda, que já conheço, trabalha há mais de 30 anos pelo desporto educacional, acabou de vir de Brasília e é campeã em diversas modalidades. É importante ressaltar, Ioneda, que o pessoal do esporte vive momento fantástico com essa descoberta, com toda essa possibilidade.

A Constituição brasileira estabelece, no art. 217, que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, priorizando o desporto educacional.

Então, se o Estatuto do Esporte fizer valer no financiamento, conforme disse a Deputada Tânia, que todas as escolas tenham a prática da educação física e tenham a prática esportiva, se conseguirmos isso teremos dado grande pulo em termos de políticas públicas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Sérgio Redes, que mostra que é craque não só na bola, é craque também no setor de esportes.

Nossos orientadores informam a presença de vários presidentes de entidades. Todos terão tempo para falar.

Ao entrarmos no quarto painel, que é Desporto e Rendimento, convido para fazer uso da palavra o Sr. José Gustavo Costa, representante do Comitê Olímpico, do nosso amigo e grande profissional Carlos Arthur Nuzman.

Comunico ao Franklin Pereira Júnior, da Associação dos Deficientes Motores, que estava inscrito no terceiro painel, que tão logo nossos palestrantes terminem vamos conceder-lhe a palavra para falar sobre políticas públicas para o esporte.

Concedo a palavra ao José Gustavo Costa.

**O SR. JOSÉ GUSTAVO COSTA** - Em nome do meu amigo, Deputado Gony Arruda, cumprimento todos os políticos e autoridades do Estado do Ceará e faço uma saudação especial, tricolor, ao Deputado Deley, meu ídolo no Rio de Janeiro.

Comecei a envolver-me com o esporte convencido da sua importância como instrumento de inserção social. Fui Presidente do Conselho de Administração de 3



empresas e em todas fiz questão de promover investimentos não só nas suas atividades fim, como também no esporte.

Sou membro do Comitê Olímpico Brasileiro — COB há 4 anos, quando fui eleito pela primeira vez, e acompanho o desenvolvimento dos esportes olímpicos nos últimos anos. Para que isso acontecesse foram necessários 2 fatores: organização e recursos financeiros.

O Comitê Olímpico Brasileiro cuidou de fazer seu dever de casa seguindo os passos do nosso Presidente Nuzman, que já havia feito o mesmo na Confederação Brasileira de Voleibol.

Com a aprovação da Lei Agnelo/Piva, os recursos necessários (*falha na gravação*) esse evento terá efeito multiplicador nos esportes praticados no Brasil, bem como na atividade turística.

Em 2007, pela primeira vez, teremos os Jogos Paraolímpicos e Pan-Americanos.

Encaramos os Jogos Pan-Americanos como um vestibular para os Jogos Olímpicos de 2016. O Brasil pode, necessita e merece a honra de sediar evento dessa magnitude. Serão 17 mil atletas, 20 mil jornalistas e 40 mil turistas. A esses números devemos acrescentar bilhões de telespectadores no mundo inteiro.

A China entendeu o desafio e está-se preparando para organizar os Jogos de 2008. Vamos seguir esses passos.

Obrigado pela atenção de todos.

Mais uma vez, saudações tricolores ao meu amigo Gony Arruda.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Lima, Prof. da Universidade de Fortaleza, que falará durante 10 minutos sobre esporte de rendimento. (*Pausa.*)

Comunico que teremos um tempo para ouvir algumas entidades presentes, que vou citar. Se, por acaso, alguma entidade não for citada, por favor, passem o nome para a Mesa: Sr. José Haroldo Scipião, da Confederação Brasileira de Automobilismo e da Federação Cearense de Automobilismo; Sr. Geraldo Lunes Filho, Presidente da Federação Cearense de Desportos Aquáticos; Prefeito Sérgio Aguiar, de Camocim; Sr. Marco Antônio da Silva Nunes, Presidente do Sindicato dos Atletas de Futebol do Ceará; Sr. Antônio Ricardo Catunda de Oliveira, do Conselho Regional de Educação Física; Sr. Jesus Tajra, Presidente da Federação Cearense



de Tênis; alunos da UNIFOR e da FANOR; Sr. Gilvan Dias, da Associação de Garantia aos Atletas Profissionais; Sr. César Vieira, representante da Federação Cearense de Futsal; Sr. Sérgio Rufino, Presidente da Confederação Brasileira de Esportes Escolares; Sra. Ana Lúcia Maciel, Presidente da Associação dos Deficientes Motores; Sr. Eduardo Elery, Coordenador de Educação Física da Universidade Estadual do Ceará; Prof. Jorge Rolim de Castro, Presidente do Grupo Retina Ceará e membro do Conselho Estadual de Direito da Pessoa Portadora de Deficiência e da Comissão Estadual de Saúde Ocular.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Lima, que disporá de 10 minutos. Eu avisarei quando já tiverem decorridos 8 minutos.

**O SR. RICARDO LIMA** - Exmos. senhores presentes, falarei sobre desporto de rendimento. O tempo previsto para nossa manifestação é de 20, 25 minutos. Tentaremos expor, muito rapidamente, em 10 minutos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Farei uma pequena explanação sobre a Grécia Antiga. Praticamos as mesmas coisas feitas há 3 mil anos. O professor russo Platonov, analisando as poucas fontes que lhe permitiram falar sobre o sistema de preparação e competição na Grécia Antiga, leva-nos a contemplar e a admirar como essas conquistas gregas eram magníficas.

Os atletas, os treinadores, os médicos, os massagistas, os árbitros e os organizadores das competições tinham muito carinho quando tratavam desses aspectos de preparação das competições.

Há quase 3 mil anos já havia seleção de atletas talentosos e organização do aperfeiçoamento a longo prazo. Hoje, abordamos a mesma coisa.

A organização racional de preparação durante os 10 meses precedentes dos jogos nada mais é do que um macrociclo, e se fala muito no esporte de rendimento.

Antes do início dos Jogos Olímpicos havia preparações específicas de 30 dias no Olimpo.

Sistema equilibrado de carga para ciclo de 4 dias; microciclo. Técnica, tática da modalidade esportiva. Preparação técnica e tática. Sistema de preparação física dos atletas.



Diversos bens auxiliares para aumentar a eficácia de preparação: pesos, sacos para treinamento; meio de preparação psicológica; estimulação nas capacidades de trabalho de recuperação. Nada mais é do que a supercompensação.

O aperfeiçoamento dos equipamentos desportivos: dardos, pesos, discos. Realização de trabalho conjunto entre o atleta, o treinador, o médico, o massagista.

E uma tentativa de formação do processo de preparação e competição baseada em conhecimento, já na época, de anatomia, fisiologia e psicologia humana.

Sempre repetimos as coisas, pensamos que estamos descobrindo coisas novas. Não é verdade. Já existem desde a Grécia Antiga e continuamos a debater o que já existia há muito tempo.

O esporte de alto rendimento ou de rendimento, respeitando as outras vertentes, é seletivo. A minha fala é muito seletiva, é para um segmento de atletas, digamos assim.

O competidor de rendimento é aquele atleta submetido a treinamento sistemático, que busca performance adequada, e o competidor de alto nível, que está dentro do desporto de rendimento, é aquele atleta também submetido a programa de treino planejado, organizado, sistemático e que se vale do máximo rendimento obtido para buscar a excelência em sua performance.

Essa vertente do desporto de rendimento, entre as demais existentes, já abordadas, prioriza as performances de alto rendimento.

Detectamos em nosso País problema de origem estrutural: questões organizacionais da cultura física nacional, porque a falta de popularização dos desportos conduz a um quadro estereotipado, que podemos chamar de “colonização cultural do esporte”.

Como, assim? Exportação de técnicos e de atletas ou simplesmente migração para estágios e aperfeiçoamentos na Europa e nos Estados Unidos. Muitos desses atletas fixam residências nesses locais. Abandonam, realmente, o País.

Por que isso acontece? Na verdade, faltam-nos dados mais precisos e confiáveis para traçarmos ações mais eficientes. Fica como sugestão aos senhores a elaboração de um diagnóstico da educação física e desporto no Brasil, organizado em 1970.



Em 2004, será lançado o *Atlas do Esporte no Brasil*, organizado pelo Prof. Lamartine Pereira da Costa, também autor do Atlas de 1970, um bom local para se buscar referências antes de se tomar alguma decisão com relação ao esporte de rendimento no Brasil.

Numa tentativa de se mudar esse quadro com relação ao desporto e rendimento, o Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento, criou recentemente um projeto, do qual esteve à frente o Prof. Adroaldo Gaya, da Rede CENESP, do Rio Grande do Sul, para descobrir o talento esportivo. Esse projeto tem por objetivo identificar jovens e adolescentes da rede escolar que possuem desempenho motor compatível com a prática esportiva de competição ou de rendimento. Ele já é seletivo por si próprio.

A ação desse projeto é dar oportunidade para jovens com talentos esportivos que conhecem seu potencial, a fim de que sejam identificados pelas entidades do esporte competitivo, aumentando, assim, a base de atletas e permitindo seu desenvolvimento e aprimoramento.

Inicialmente, esse projeto está direcionado para estudantes de ambos os sexos, na faixa etária de 10 a 15 anos. Sua meta, até o mês de setembro passado, era avaliar 2 milhões de estudantes em todo o País. A expectativa é descobrir, ainda em 2004, 40 mil novos talentos. Isso ainda está em fase de conclusão.

Ao serem avaliados, esses escolares serão incluídos em um banco de dados chamado Brasil Esporte, do Ministério do Esporte, Centro de Excelência Esportiva — CENESP.

Esses potenciais farão parte de um banco de dados diferenciado, denominado de banco de talentos, que será disponibilizado para todas as entidades formadoras de atletas, assim como para as federações e as confederações esportivas.

O Ministério do Esporte está implantando um modelo nacional para descoberta de talentos fundamentado teoricamente e já testado na prática. A responsabilidade de absorção e de desenvolvimento dos talentos desportivos descobertos cabe às entidades de administração e de prática do Ministério, com articulação do Ministério do Esporte.

Há um detalhe com relação ao esporte de rendimento para o qual tenho de chamar a atenção. No esporte de rendimento devemos lembrar que a preparação de



atletas deve ser permanente, contínua e plurianual para que se possa garantir condição mínima para se participar das competições de alto nível.

Essa formação contínua necessita de um quadro de apoio a atletas, a técnicos e a dirigentes como condição que hoje não pode ser ignorada. Não é simplesmente se fazer esporte de rendimento em um país e não dar condição para esse esporte vigorar.

O indivíduo só pode atingir o pleno desenvolvimento das suas capacidades se a sociedade em que vive dignificar o homem na sua totalidade. O jovem só poderá revelar, em sua plenitude, as capacidades e as qualidades próprias de um talento desportivo se a cultura de que é parte valorizar o desporto.

A realidade do Nordeste — sobre a qual me parece que este debate está centrado — necessita de mudança não só estrutural, mas de paradigmas.

Apresentamos aqui algumas indicações, por exemplo: recursos financeiros e infra-estrutura. Aqui, no Nordeste, onde existe isso? Como se falar em esporte de alto rendimento sem dar recurso financeiro e infra-estrutura adequada?

Centros de treinamento equipados: isso tem de acontecer. Eu ministro aula em uma escola pública há 5 anos e durante todo este tempo esperamos por uma quadra. Não existe quadra, não existe nada, só a vontade do professor e os equipamentos que nós mesmos levamos.

Esporte de rendimento são centros de treinamento equipados, capacitação de pessoal universitário. Se querem fazer do Brasil uma nação de esporte de rendimento, têm de capacitar o pessoal, principalmente o universitário. É de lá que vai ter de sair a maior parte do pessoal para fazer esse trabalho. As universidades também têm de ser parceiras. O Governo tem de chamar as universidades para trabalhar com ele.

Incentivo à pesquisa científica. Esse é um ponto fundamental. Tem de haver pesquisa científica acoplada a esses professores universitários, tendo a universidade como parceira. O Estatuto tem de lembrar disso.

A valorização de entidades de fomento para o desporto também não pode ser esquecida.

Qualificação de pessoal habilitado: técnicos, estagiários. Todas as pessoas que estão envolvidas com o esporte de rendimento têm de ter uma qualificação e esse incentivo à escolarização, às crianças, sempre na escola.



Um política permanente de apoio ao esporte e um programa permanente de incentivo à saúde para todos.

O esporte de rendimento, geralmente, não traz muita saúde. Infelizmente, essa é a verdade. É preciso que o indivíduo tenha saúde, mas ele não gera tanta saúde assim. O esporte de rendimento é seletivo, é o contrário dos outros esportes de participação.

Encerro esta corrida contra o tempo e espero que tenha contribuído com alguma coisa. Só quero lembrar-lhes o seguinte: se só falarmos e não agirmos com o bom senso que é necessário nessas horas, vai ficar uma coisa pela outra.

O nosso Nordeste, que há muito tempo dizem que é sofrido, é celeiro de atletas de potencial muito grande — tenho certeza de que o Deputado Bismarck Maia vai, com muito carinho, ver isso — e merece atenção maior com relação a esta questão do esporte de rendimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Ricardo. Parabéns pela sua apresentação. Tenho certeza de que poderia contribuir até muito mais, mas o tempo para nosso trabalho está corrido, infelizmente. O Relator Gilmar Machado, inclusive, solicita que essa parte de transparência que V.Sa. apresentou, se for possível, seja encaminhada a S.Exa. Ficaríamos gratos.

Como segundo palestrante nessa área de desporto de rendimento, convido nosso querido amigo, de longa data, José Virgílio Lima, também um campeão e Presidente da Federação Cearense de Voleibol.

**O SR. DEPUTADO DELEY** - Para uma questão de ordem rapidamente. Como eu disse lá atrás, nosso País tem um tamanho que nos deixa maluco, a verdade é essa. Cada região, evidentemente, tem suas particularidades e necessidades.

Evidentemente, um estudo sobre a questão do Nordeste, assim como vamos pedir da Região Norte e Centro-Oeste, seria importantíssimo, a fim de que essas particularidades chegassem o mais rapidamente possível, para que pudéssemos fazer algum tipo de estudo e colocar dentro do Estatuto alguma coisa mais específica para cada Região. É importantíssimo que esses dados regionais cheguem até nós. E o Deputado Bismarck Maia vai ser esse interlocutor.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Parabéns.



Todas entidades presentes e aquelas que não estão presentes, mas que sejam lembradas pelos presentes, podem encaminhar propostas — e até a sociedade, de uma maneira geral — diretamente a um dos membros da Comissão ou para o próprio Relator.

Deputado Gilmar Machado, V.Exa. não quer fornecer o seu *e-mail*?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - É melhor mandar para o *e-mail* da Câmara dos Deputados. No *site* da Câmara dos Deputados abre-se “Comissão Especial — Estatuto do Desporto” e pode-se enviar diretamente.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Repetindo: quem quiser fazer alguma proposição ou sugestão entre no *site* da Câmara dos Deputados e mande sua opinião.

Sr. Virgílio, V.Sa. dispõe de até 10 minutos para fazer sua apresentação. Lembro que é o último painalista. Depois, concederemos a palavra aos representantes das entidades presentes, para suas considerações.

**O SR. JOSÉ VIRGÍLIO LIMA** - Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Bismarck Maia e agradeço-lhe a oportunidade de conversarmos com V.Exas. neste momento tão importante do esporte nacional. Cumprimento também o Deputado Gony Arruda, o Secretário André Figueiredo e os demais companheiros da Mesa.

Faremos uma pequena explanação sobre o desporto de rendimento, também falando de alguns segmentos, tendo em vista que o Ricardo já havia preparado um desses segmentos para nossa explanação.

Na realidade fizemos um painel sobre o que é o esporte de rendimento dentro da normatização brasileira.

Primeiramente, vamos definir o que é o esporte de rendimento. Depois, vamos tentar chegar ao segmento que iremos debater: as federações do esporte amador.

O esporte de rendimento é manifestação esportiva que visa à *performance* de atletas e equipes, praticado segundo as normas gerais da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras nacionais e internacionais. Tem como finalidade obter resultados, integrar pessoas e comunidades do País com as de outras nações.

Formas para o desporto de rendimento.

A forma profissional é caracterizada pela remuneração e pelo contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática esportiva. Muitas vezes, algumas



peças confundem essa forma profissional, achando que o atleta tem o contrato de trabalho com a entidade de prática de administração esportiva, que, no caso, são as federações e as confederações. Mas não. O contrato formal do atleta é feito diretamente com a entidade da prática esportiva.

O atleta não profissional pode ser o semiprofissional, contrato específico de estágio para atletas entre 14 e 18 anos. A existência de incentivos materiais não caracteriza remuneração de contrato de trabalho. Normalmente, recebe benefícios, para que possa desenvolver aquela atividade esportiva que pratica.

Ainda no formato não profissional há o atleta amador, que se caracteriza pela liberdade da prática da atividade esportiva não remunerada e pela inexistência de incentivos materiais. Ou seja, no caso do atleta amador ele não tem benefício nenhum e, muitas vezes, nossa maior carência está justamente nesse tipo de atleta.

Hoje dizemos que o esporte passou a ser também fator de sobrevivência. Muitas pessoas adotam o esporte não pelo que pode proporcionar de bem-estar, de saúde, mas por causa do aspecto econômico.

Esse atleta amador é o mais prejudicado. Costumamos dizer que é o atleta PP — Pobre e Periférico. Hoje esse atleta é excluído de qualquer benefício para que possa desenvolver a atividade esportiva.

Toda vez que falo em amador, lembro-me muito de uma frase do Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro. Ele diz que a divisão da palavra amador significa alguém que ama a dor. Tentamos sempre tirar essa palavra do processo dos segmentos das federações de esporte de qualquer Estado brasileiro.

No País, o Sistema Nacional do Desporto congrega pessoas físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normalização, apoio ao desporto, bem como a Justiça Desportiva e, especificamente, o Comitê Olímpico Brasileiro, que é o órgão maior; o Comitê Paraolímpico Brasileiro; as entidades nacionais e regionais de administração do desporto; as confederações nacionais de cada modalidade esportiva; as entidades regionais de administração esportiva e as federações estaduais. Depois, a lei também permitiu que se fossem criadas as ligas regionais e nacionais. Em alguns casos, algumas federações não permitem a filiação das ligas às suas entidades. Elas escolhem apenas um Estado ou um representante oficial daquela modalidade



esportiva. As entidades de prática desportiva — os clubes, as associações —, na realidade, fazem o desenvolvimento do atleta, descobrem os talentos, começam os treinamentos e revelam esses talentos para o esporte de alto rendimento.

Falamos muito do mecanismo do investimento.

A pirâmide esportiva é algo muito questionado no Brasil, justamente por ter na sua base a prática da atividade física como um todo, direito adquirido pela Constituição. Passamos pela etapa da iniciação e formação esportiva. Hoje, ela é desenvolvida praticamente nas escolas, muitas delas sem nenhuma qualidade para isso, principalmente as escolas públicas.

Os nossos clubes, as nossas entidades e associações que também trabalham com a prática esportiva de iniciação e de formação estão praticamente sem subsídios e sem nenhum percentual de investimento para o desenvolvimento dessa atividade, nem na iniciação nem na formação.

A pirâmide, como já disse o Ricardo, vai excluindo um pouco, mas, na realidade, vai também puxando para o segmento do rendimento, no qual já se entra direto com as federações, que fazem as seleções estaduais, em diversas categorias, desde o infantil até a universitária.

Depois, temos o alto rendimento, que, normalmente, é desporto de elite, ligado às confederações nacionais.

O desporto de alto rendimento consegue investimento por meio de parcerias. Várias das confederações nacionais têm parceria e conseguem percentual de investimento maior.

O que questionamos, Deputado, é exatamente a falta desse percentual de investimento, dessa distribuição. Algumas regiões são mais privilegiadas e conseguem obter algum item da pirâmide, mas não se consegue trabalhar a atividade física como direito de todos, inclusive de bem-estar, de saúde, quer dizer, não se consegue ainda investimentos na iniciação, na formação e no rendimento.

Vários dos nossos atletas de alto rendimento têm vida curta. Por quê? Porque não existe preparação, não existe pesquisa, incentivo e forma adequada, principalmente na iniciação e na formação desse atleta. Temos um exemplo real disso: Marcelo Negrão, que foi atleta olímpico em 1992 e, aos 24 anos, praticamente, tinha sua vida útil acabada. Por quê? Porque todas as etapas desse processo foram de forma inadequada.



As fontes de mecanismo podem vir dos Governos Federal, Estadual, Municipal, da iniciativa privada e das parcerias.

É sempre bom lembrarmos que este ano também tivemos uma ação do Governo Federal — a Conferência Nacional do Esporte —, distribuída em 3 etapas. Uma municipal, feita em todos os Estados. No Ceará, 9 regionais discutiram com todos os segmentos da sociedade sobre o esporte. Fechamos uma etapa estadual e chegamos à etapa nacional. E o esporte de alto rendimento foi item muito debatido nessa conferência.

Na Conferência Nacional do Esporte, dentro do esporte do rendimento, trabalhamos o esporte de base e a formação de atletas, o esporte de alto rendimento, o paradesporto de alto rendimento, o esporte de aventura, o futebol e o *dopping* no esporte. Cada um desses subtemas teve um processo de discussão, e chegou-se a um documento final.

Na Conferência Nacional do Esporte trabalhou-se em cima de 3 tópicos: dificuldades, potencialidades e propostas de ação de cada região.

No esporte de rendimento há algumas propostas de ação que vale a pena elencarmos.

- Definir e implementar política nacional de esporte, contemplando o desenvolvimento olímpico, o paraolímpico e o não olímpico. Ora, hoje, existem muitos esportes que estão marginalizados justamente por não serem olímpicos; mas são esportes (*falha na gravação*) específicas para o desenvolvimento desse tipo de esporte.

- Estabelecer o sistema nacional de capacitação profissional para professores, técnicos, preparadores físicos e dirigentes do esporte de base de alto rendimento. O que acontece com as federações, com as confederações nacionais e com várias entidades e associações? Os dirigentes não estão capacitados. Muitos deles não têm conhecimento até mesmo daquele esporte que dirigem. Capacitar os gestores, sejam eles das federações, sejam das associações, é de extrema importância para o desenvolvimento do esporte em nosso País.

- Garantir que os recursos da Lei Agnelo/Piva beneficiem as entidades de administração esportiva estadual. Refiro-me a esse item porque hoje todo esse recurso vai para o Comitê Olímpico Brasileiro e as confederações nacionais. Os clubes, as associações e entidades que fazem o esporte de base e promovem a



formação dos atletas não têm acesso a nenhum tipo de recurso. Nossa região, por fator econômico, tem problemas seriíssimos, porque qualquer atleta, na faixa etária de 14 a 16 anos, que surge como promessa de talento, é levado para os grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Por quê? Porque lá eles garantem economicamente o desenvolvimento desse atleta, o que não ocorre principalmente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

- Implementação de centros de formação, treinamento, pesquisa e excelência de forma regionalizada. Fala-se, no Brasil, na criação desses centros. Por isso é importante que eles venham também para nossos Estados. Determinadas regiões do País são mais carentes do que outras, e isso deve ser visto como forma de descentralizar o esporte nacional, uma vez que o esporte de rendimento está congregado ao eixo Sul/Sudeste.

Como sabíamos da limitação de tempo, fizemos pequena explanação. Sabemos que esse assunto merece maior debate, mas vale a pena lembrar, Deputado, que o documento que se encontra em Brasília, relativo à Conferência Nacional do Esporte, é o resultado final de ampla discussão e poderá trazer muitos subsídios para os senhores desenvolverem o Estatuto do Esporte.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, José Virgílio Lima, Presidente da Federação Cearense de Voleibol.

Com relação aos painéis, terminamos a apresentação de 4 itens. Embora tenhamos transferido o painel do desporto e rendimento, lembro-lhes que ocorreram os do futebol, de políticas públicas e do esporte social.

Tive oportunidade de ouvir as várias entidades, entre elas a dos deficientes motores.

Ouviremos os Presidentes. Daremos 2 minutos a cada um para formular pergunta, fazer intervenção ou apresentar opinião, a fim de que o Relator e todos nós membros da Comissão tenhamos informações para nos subsidiar. Lembro também à Assembléia Legislativa que as notas deste debate serão fornecidas, como avisado pelo Deputado Estadual Gony Arruda, a todos os membros da Comissão de Desporto da Câmara dos Deputados.



Antes de passar a palavra às entidades, gostaria de abrir espaço, com um pouco mais de tempo, até porque ele é um dos painelistas, ao Sr. Franklin Pereira Júnior, Vice-Presidente da Associação dos Deficientes Motores.

**O SR. FRANKLIN PEREIRA JÚNIOR** - Boa tarde. É um prazer, como atleta e dirigente, participar deste encontro ímpar, embora já tenha conversado, na Secretaria de Esportes e Juventude, com as entidades.

Fico muito alegre ao ver o poder chegando ao povo, querendo opiniões e não trazendo o que deve ser feito. Portanto, vemos este momento como a concretização do que se está planejando, porque, com a participação do povo, fica muito mais fácil fazer o que é preciso. Fico contente também porque, do Ceará, tivemos início desse tipo de mobilização.

Com a Secretaria de Esportes e Juventude, realizamos os primeiros jogos paraolímpicos do Estado do Ceará, que contou com 280 atletas portadores de deficiência, e promovemos a movimentação do esporte nas escolas. Com isso, pudemos melhorar o desporto paraolímpico no Estado. Vejo, com alegria, que o Governo Federal também está caminhando nesse mesmo sentido.

Como atleta e dirigente de entidade, só tenho a agradecer e espero que este momento fortaleça bastante os esportes olímpico e paraolímpico. Dessa forma, poderemos ganhar maior quantidade de medalhas tanto nas olimpíadas quanto nas paraolimpíadas. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Franklin Pereira Júnior.

Chamarei, como primeiro palestrante, o Sr. Carlos Sérgio Rufino, Presidente da Confederação Brasileira de Desporto Escolar. O senhor dispõe de 2 minutos.

**O SR. CARLOS SÉRGIO RUFINO MOREIRA** - Agradeço-lhes a oportunidade e os parabênzios pela iniciativa de trazer tão importante evento para o Estado do Ceará.

Estando Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar, vejo com bons olhos a descentralização desse importante movimento que visa à elaboração de documento nacional e espero que ele congregue, como disse José Virgílio, temas tão polêmicos e debatidos como os da Conferência Nacional do Esporte, e siga, além das sugestões dessas plenárias, aquele documento trabalhado



por mais de 1.200 delegados no Brasil, a fim de que ele seja também aproveitado e sejam analisadas sugestões de grande valia.

Preocupa-me, para concluir, a participação das entidades universitárias e escolares, federações e confederações, no sistema nacional. Hoje sei que a CBDU participa dessas discussões, mas espero, Sr. Presidente, Sr. Relator, que também a CBDE tenha seu espaço neste novo momento do esporte nacional. Como órgão representativo do desporto escolar, reconhecido pela Federação Internacional, participa de vários jogos e eventos mundiais, como basquete e voleibol, tendo realizado, no Brasil, com mais de 24 países, um campeonato mundial de basquete. Hoje está inserido no País com 22 federações e também trabalhou juntamente com o Ministério do Esporte na realização de jogos escolares, encontrando-se apto a representar o Brasil na Bolívia, em dezembro, nos Jogos Sul-Americanos Escolares com 151 pessoas.

Agradeço a todos a atenção, inclusive das oficinas que trataram de mais de 100 emendas ao documento, e peço que os desportos escolar e universitário estejam contemplados também neste programa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Obrigado, Sérgio Rufino.

Com a palavra o Sr. Antonio Ricardo Catunda de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Educação Física.

**O SR. ANTONIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA** - Bom-dia. Deputado Bismarck Maia, em nome do Conselho Regional de Educação Física, saúdo a Mesa.

Segundo o modelo em vigor no Estado do Ceará, o Conselho Regional de Educação Física passa a ser parceiro na política pública. Não querendo estimular idéia corporativa que beneficie a atuação do profissional de educação física, quando se fala em política pública de responsabilidade que cria um sentimento de cidadania com a participação das pessoas, há de se pensar na ética, na responsabilidade e também na qualidade do profissional que estará à frente dessas práticas.

O documento já contempla o profissional de educação física frente a essas práticas. O Presidente do Conselho Federal de Educação Física Jorge Steinhilber pediu-me que cumprimentasse o Deputado Gilmar Machado. O CONFEF, como parceiro, tem participado das discussões, em âmbito nacional, e da indicação de



regionais nessa discussão. O Conselho Regional de Educação Física, como órgão fiscalizador, estará sempre presente aos eventos e contribuirá para que tenhamos profissionais habilitados à frente desse trabalho que merece, sim, todo cuidado e toda responsabilidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Obrigado, Ricardo Catunda de Oliveira.

Com a palavra o Sr. Jesus Tajra, Presidente da Federação Cearense de Tênis.

**O SR. JESUS THOMAZ TAJRA FILHO**- Boa tarde.

Presidente Gony Arruda, Deputado Bismarck Maia, é muito importante que neste trabalho não esqueçamos de criar lei, de âmbito federal, estadual e municipal, que estimule incentivos fiscais ao esporte por parte de empresas privadas. Sabe-se que muitas empresas querem entrar no ramo, mas só o fazem depois de o atleta dar retorno. Para se obter isso desde o começo com atletas de base, muitas firmas precisam enxergar como vincular seu nome ao esporte e não apenas ao que ganha medalhas.

Nesse sentido, gostaria que fosse incluído nesse manifesto incentivos fiscais em âmbito federal, estadual e municipal para que os atletas que estão iniciando nas escolas públicas possam também usufruir de patrocínios, se suas equipes vierem a ganhar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Obrigado, Jesus Tajra.

Com a palavra o Sr. Gilvan Dias, da Associação de Garantia ao Atleta Profissional. O senhor dispõe de 2 minutos.

**O SR. GILVAN DIAS** - Cumprimento os presentes e exporei meu ponto de vista acerca do assunto em discussão.

Naturalmente ligado ao futebol, reservo-me mais à parte de ex-atletas, porque fui um deles. No Estatuto deveria ser inserido o aproveitamento de ex-atletas como monitores de futuras escolinhas quer no âmbito nacional, quer no estadual e municipal. Há um hiato muito grande na vida daquele que deixa o futebol e passa a ser simplesmente cidadão, embora ele tenha todo um potencial para ser aproveitado e guindado à condição de monitor, como nós, no Ceará, procuramos fazer,



legalizando nada menos do que 64 ex-atletas no Conselho Regional de Educação Física.

Espero que essa idéia ganhe corpo nacionalmente e que o hiato entre o atleta da ativa e o inativo se disperse de tal forma que depois ele possa ser aproveitado pela sua experiência.

Era o que tinha a dizer. *(Palmas.)*

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Obrigado, Gilvan Dias.

Passo a palavra ao Sr. José Wilson Couto, Presidente da Federação Cearense de Atletismo.

**O SR. JOSÉ WILSON COUTO** - Boa tarde.

Primeiramente, falarei sobre o desporto escolar, como já abordado pelo Sérgio.

A base da pirâmide esportiva é a escola, onde ocorre o primeiro contato da criança com o esporte. Infelizmente, não se dá valor à educação física, disciplina obrigatória em todo o ensino. Nenhum governo transfere recursos às escolas para compra de material. Ninguém entende que a sala de aula do professor de educação física é a quadra, a piscina, o campo de futebol, a pista de atletismo e que o nosso giz é a bola, a rede. Esse é o material de que precisamos no dia-a-dia. Infelizmente, o professor de educação física, ou quem quiser dar aula, tem de levar o seu ou utilizar material já usado.

Nós, profissionais de educação física, como dito aqui, precisamos de melhor qualificação. Poucos, nos últimos anos, têm participado do programa de requalificação dos professores.

A maioria das escolas não têm quadra. No Nordeste, não deveria ser dado nenhum centavo para a construção de quadra aberta, porque, quando há sol, ela não pode ser utilizada por 18 horas, enquanto na chuva não se pode usar em hora nenhuma. Não se deve construir quadras abertas no Nordeste, mas apenas cobertas e de multiuso. Nas escolas, as quadras têm de servir também aos programas culturais, a reuniões, e às vezes elas são subutilizadas.

Falta incentivo ao professor de educação física que, além das aulas normais em sua escola, ainda trabalha como técnico de alguma modalidade desportiva aos sábados, domingos, feriados e à noite. Ele dá aulas como outros profissionais e tem de trabalhar fora do expediente com equipes e escolinhas. É preciso uma lei que



reduza a carga horária do professor que trabalha com formação de equipe em sua escola.

Fala-se muito que o esporte tira a criança da rua e contribui para diminuir a marginalidade, mas isso só acontece se a atividade na escola for mais prazerosa do que a rua. Se a criança chegar à escola e o professor de educação física não estiver preparado, não tiver bola, ela vai para a rua que é mais alegre e mais prazerosa do que a escola. Aí fica difícil o retorno.

Por último, como Presidente da Federação Cearense de Atletismo, refiro-me à Lei Piva, às leis de incentivo. O dinheiro só chega às confederações e aos Comitês Olímpicos. As federações de base não recebem nada, embora sejamos nós que formamos atletas. Nos Estados, são as federações que trabalham, principalmente com o atletismo, esporte de rico praticado por pobre. As pistas são sempre longe dos grandes centros. Não existe material — sapatilha, dado, peso, disco, martelo — para atletismo fabricado no Brasil. Tudo é importado e caríssimo. As federações não têm como bancar isso. Parte dos valores que a Caixa Econômica Federal disponibiliza aos Comitês Olímpicos deveria ser cedida às federações amadorísticas estaduais, a fim de que elas possam subsidiar e formar sua base.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Agradeço a participação ao Sr. José Wilson Couto, Secretário Adjunto de Esporte do Estado do Ceará.

Tem a palavra o Sr. Prefeito Sérgio Aguiar.

**O SR. SÉRGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR** - Sr. Presidente, Deputado Gony Arruda, caro Deputado Bismarck Maia, coordenador desta reunião, primeiro destaco a importância de sediarmos, no Ceará, esta reunião de todos os Estados nordestinos.

Segundo, Deputado Gilmar Machado, gostaríamos de definir melhor, numa espécie de descentralização administrativa, as competências gerenciais dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Falo como representante dos Municípios, onde estão fincadas as escolas, onde trabalham os profissionais. É ao Município, célula *mater* da Federação, que devemos dispensar especial atenção, descentralizando os recursos financeiros advindos hoje da Lei Piva, que, por conseguinte, virão por meio de novo estatuto, de legislação específica, para destinar



às áreas contempladas, às modalidades desportivas, o mínimo necessário para obter o sucesso que o Brasil tanto espera, já que o esporte tem de ser definitivamente tratado como fator de inclusão social. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Prefeito.

Lembro aos presentes que já tive oportunidade, em 2 momentos, de falar com os Ministros do Esporte e Turismo sobre emendas parlamentares, muito fortes nos Ministérios — e no do Esporte não é diferente. Pelo contrário. As emendas destinadas à construção de quadras poliesportivas devem privilegiar as escolas, ou seja, elas só devem ser construídas nas escolas e não em lugares onde possam ser depredadas. Nas escolas, elas poderão ter manutenção e utilização bem melhor. E devem ser sempre cobertas. Não adianta construir uma quadra que não será utilizada. Essa foi a opinião que levamos e que deve ter coro de mais representantes.

Tem a palavra o Sr. Cezar Vieira, representante da Federação Cearense de Futsal.

**O SR. CEZAR VIEIRA** - Boa tarde. Recebi o Substitutivo ao Projeto Legislativo nº 4.784, de 2001, com 321 páginas, 221 artigos e 123 emendas, para ler e apresentar sugestões. Alguns painelistas tiveram acesso antecipado e por isso talvez tenham apresentado tão bem seus argumentos, como o caso de José Virgílio e outros.

Apenas peço à Comissão que utilize o mesmo espírito de liberdade dado ao Time Mania — e que também senti na liberação dos bingos — sem a rigidez das normas proibitórias.

Com relação ao Time Mania, o Deputado Gilmar Machado mencionou — já havia ouvido isso na televisão — que quem errou não deve mais errar, para usar termo do Ceará, daqui para a frente tudo vai ser diferente. As administrações que assumirem agora deverão ter REFIS ou outro sistema qualquer de pagamento de suas dívidas, para, daí em diante, enquadrar-se no sistema. É esse o espírito que os legisladores devem ter em mente: dar mais liberdade às entidades para que elas possam apresentar seus balancetes e ser submetidas aos Tribunais de Contas. Desse modo, elas assumirão suas responsabilidades. Isso é o que senti inclusive



quando li sobre a recuperação dos bingos. O Estatuto prevê isso. Não? Então, já foi suprimido o art.143.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Isso não consta do novo texto. Já há medida provisória do Presidente da República sobre extinção disso. O novo texto são apenas 50 páginas e 219 artigos.

**O SR. CEZAR VIEIRA** - Mas do projeto legislativo de V.Exas.?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Não. Não estamos discutindo o projeto original, mas o substitutivo.

**O SR. CEZAR VIEIRA** - Estou me orientando por um texto ultrapassado.

Gostaria apenas que o espírito do Time Mania fosse mantido, ou seja, que os clubes, as federações e entidades fossem entendidos como entes, alguns desorganizados, outros talvez até desonestos, mas que seja criado um marco definitivo, a fim de que daqui para a frente sejam honestos.

Com referência a novas apresentações, a Federação de Futebol de Salão tem correspondência bem acentuada com o Deputado Bismarck Maia. Tomaremos medidas que julgarmos convenientes, por intermédio do Deputado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Agradecemos a participação ao Sr. Cezar Vieira e reiteramos que todas aquelas pessoas que queiram contribuir poderão nos mandar — a forma está no *site* — *e-mail* e mensagens diretamente.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Elery, Coordenador de Educação Física da Universidade do Estado do Ceará. S.Sa. dispõe de 2 minutos.

**O SR. EDUARDO ELERY** - Deputado Gony Arruda, Presidente da Mesa, demais Deputados Federais que compõem a Mesa, Secretário André, represento a Universidade Estadual, mas antes de tudo sou desportista e professor de Educação Física.

Serei muito sucinto e vou oferecer algumas sugestões. Sei que V.Exas. vão rodar o Brasil inteiro e ouvir muitas sugestões, mas, quando se bate aos pouquinhos e sempre, acaba se furando a pedra, e vamos conseguir.

Inicialmente, gostaria, se possível, que a legislação, quando tratar da parte de financiamento, destinasse parte às universidades, uma vez que hoje elas estão



centradas em muitos lugares e, de forma interdisciplinar, podem realizar um trabalho de inclusão social.

A UECE está tentando fazer um trabalho em que sejam integradas Educação Física, Nutrição, Enfermagem, Assistência Social, Pedagogia, e precisa de algum recurso para levar esse projeto adiante.

Fora isso, dentro do que afirmou o Sr. Ricardo, as universidades poderiam capacitar profissionais de Educação Física, como disse também o Sr. Couto. Precisamos facilitar recursos para a pesquisa. Há muita dificuldade, principalmente no Nordeste, em relação a laboratórios de pesquisa na área de Educação Física, de esportes.

Falando do meio desportista, a legislação atual, em termos de mandatos de presidente de federação e confederação, permite a eternização desses cargos. Enquanto continuar assim, fica difícil. O mandato poderia ser no máximo de 4 anos, renovável por mais 4 e pronto, para que não se eternize. Há pessoas com 30 anos no cargo.

Em segundo lugar, também defendo a criação de uma agência ou um órgão, ao qual as federações e confederações prestassem conta — já que não fazem isso, a não ser à Receita Federal, ao INSS — dos recursos, inclusive dos que recebem dos Governos Federal e Estaduais. Então, que se criasse uma agência nacional ou agências estaduais, para as quais as federações e confederações prestassem conta de suas atitudes e do dinheiro.

Por último, meu time, o Ceará, tem tradição de 90 anos. E em 9 meses passaram por ele 90 atletas profissionais. A legislação do passe, que não sei se é boa ou ruim — está aí o Deley que sabe melhor do que eu — tinha de ser repensada. O futebol brasileiro começou a ficar ruim, principalmente o do Nordeste. Se analisarmos o Campeonato Nacional veremos quantos times do Nordeste estão na Primeira Divisão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Obrigado, Sr. Eduardo Elery. Faltam apenas 3 participantes, e ouviremos o Sr. Geraldo Iunes Filho, Presidente da Federação Cearense de Esportes Aquáticos.

**O SR. GERALDO IUNES FILHO** - Boa tarde a todos. O assunto que exporia já foi apresentado pelos Srs. José Virgílio Lima e Wilson Couto.



Fala-se muito em talento de alto rendimento, que surgem justamente nas escolas, principalmente no meu caso, na nataação, em pequenas academias. E nós, das federações, somos os responsáveis por competições estaduais nas quais surgem talentos. No estatuto está prevista a alocação de recursos para federações, porque, por exemplo, o COB recebe da Lei Agnelo/Piva e das loterias, recursos esses repassados para a confederação, mas que não chegam às federações. Algum tempo atrás, tínhamos o bingo que, bem ou mal, colaborava com algum dinheiro, que nos permitia realizar competições, viajar com seleções. Hoje, infelizmente, não há dinheiro para nada. Pergunto se vai haver, se já está inserida no Estatuto a alocação de recursos para que cheguem às federações. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado.

Depois, logicamente, teremos a palavra final do Relator e do Presidente da Comissão para as eventuais observações e respostas às perguntas.

Convido a Sra. Ana Lúcia Maciel, Presidenta da Associação dos Deficientes Motores do Ceará.

**A SRA. ANA LÚCIA MACIEL** - Boa tarde a todos. Está presente o Roberto Vital, um grande companheiro de luta pelo esporte. É uma grande satisfação você estar em Fortaleza. (*Falha na gravação.*) E nós, Vital, que fazemos parte do esporte com portadores de deficiência, não ficamos muito longe dessa situação, porque dependemos realmente do comitê, das confederações, das federações e nunca chegam à base, onde precisamos de cadeiras de rodas, de instrumentos para as competições, para treinamento, enfim, de tudo. Na maioria das vezes, as pernas dos deficientes são as cadeiras, e eles precisam ir às competições. Portanto, a realidade de vocês é a nossa realidade também: a falta de compromisso com a base.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, dona Ana Lúcia.

Antes de passar a palavra ao último inscrito de que tenho conhecimento, quero registrar mais uma vez a presença do representante do Secretário de Esportes do Estado de Sergipe, Sr. Gilson Dória Leite.

Passo a palavra ao Sr. Júlio Cezar, da Associação de Integração dos Deficientes, que disporá de até 2 minutos.

**O SR. JÚLIO CEZAR** - Boa tarde aos Deputados e a todos desta plenária.



Aproveito a presença do representante dos Deputados Federais para solicitar que, quando estiverem na Câmara dos Deputados, olhassem um pouco para a área do desporto em cadeira de rodas, porque não temos nenhum representante lá, ninguém vestiu essa camisa. Portanto, peço aos senhores que lembrem de nós.

Não tive a oportunidade de ler o Estatuto, mas gostaria que os senhores tivessem carinho, não sei se há alguma coisa relacionada ao desporto em cadeira de rodas, com a nossa luta, que é muito árdua, para conseguir recursos a fim de competir lá fora. Batalhamos anos e anos, treinando... Hoje mesmo estou com bursite devido ao esforço dos treinamentos. Estou fazendo tratamento para voltar a competir. Mas gostaria que os senhores, quando chegassem a Brasília, avaliassem o Estatuto e colocasse nele algo nesse sentido. Não tive a oportunidade de ler o Estatuto, mas gostaria de lê-lo e, quem sabe, futuramente, dar a minha opinião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Sr. Júlio Cezar.

Passo a palavra ao Sr. Marcos Antônio Nunes, o Marcos Gaúcho, Presidente do Sindicato dos Atletas de Futebol do Ceará.

**O SR. JORGE ROLIN DE CASTRO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Pois não.

**O SR. JORGE ROLIM DE CASTRO** - Gostaria que fosse incluída também a minha palavra, Prof. Jorge Rolim de Castro, do Grupo Retina Ceará.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Tem a palavra o Gaúcho.

**O SR. MARCOS ANTÔNIO NUNES** - Boa tarde. Felicito a Mesa pela iniciativa, todos os presentes, em particular o Deputado Deley, que foi um grande jogador e um grande líder do Fluminense, contra o qual tive a oportunidade de jogar. Ele leva essa liderança para o Congresso, onde o SAFECE e a FENAPAF estão muito bem representados. Estamos bastante felizes por isso. O trabalho dele terá o reforço do André Figueiredo, que tem desenvolvimento excelente trabalho no Estado.

Considero-me um exemplo vivo de alguém que foi salvo pelo esporte. Vivia na periferia de Porto Alegre e tive muitas dificuldades na minha família. Tinha o sonho



de ser atleta de futebol profissional. Entrei para uma escolinha aos 10 anos de idade e com disciplina e dedicação — graças a Deus, apesar das dificuldades econômicas tive uma boa base familiar — consegui ser jogador de futebol profissional por 17 anos, mesmo com uma certa limitação técnica.

Essa iniciativa é bem-vinda e representa uma grande conquista. Acho que podemos, sim, salvar crianças por meio de um projeto realmente sério, transparente e com condições para que todas as pessoas possam desenvolver suas idéias.

Gostaria de ler uma carta de reivindicações, redigida em congresso da FENAPAF realizado no Rio de Janeiro, especificamente relacionada ao futebol.

Diz a carta:

*“As entidades sindicais classistas de primeiro grau, representadas pelos atletas profissionais de futebol no Brasil, presentes no I Congresso de Sindicatos de Atletas Profissionais de Futebol no Brasil, realizado nos dias 9, 10 e 11 de setembro de 2004, na cidade do Rio de Janeiro, sob a coordenação da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol — FENAPAF, após ampla discussão, deliberaram o que ficou conhecido como a Carta do Rio de Janeiro: pela defesa e manutenção dos direitos trabalhistas já existentes dos atletas profissionais de futebol; pela orientação dos atletas profissionais de futebol por ocasião da realização de seus contratos; pela participação efetiva nos tribunais de justiça desportiva estadual, conforme previsão legal, bem como pela proposta de mudança em sua composição, devendo prevalecer tão-somente os atletas, a CBF e a OAB; pela participação dos Governos Municipais, Estaduais e Federal, resguardando os interesses da categoria; pelo desenvolvimento de atividades que integrem o ex-atleta de futebol em nova atividade profissional — o que já é muito bem feito pela AGAP, por intermédio do Sr. Gilvan; pela criação de convênios e parcerias voltadas aos interesses da categoria; pela participação dos*



*organizadores de campeonatos profissionais, assegurando ao atleta o seu exercício, com observância da legislação trabalhista aplicável, com enfoque especial ao fim da limitação de idade, ao fim de temporadas curtas e ao fim de prazos que limitem a inscrição do atleta; e pela criação da Cartilha Nacional dos Direitos e Deveres dos Atletas Profissionais de Futebol — pela qual o SAFECE ficou responsável”.*

Para finalizar, deixo duas sugestões. Esse projeto, e inclusive o Brunoro disse isso no Congresso do Rio de Janeiro, é ótima saída para o saneamento das dificuldades que têm os clubes com INSS etc. Sugiro que, quando conseguirem sanear essas contas, que eles tenham a responsabilidade de pagar salários em dia. Que eles, ao final do ano esportivo, prestem contas e, somente com os salários em dia, possam participar do campeonato seguinte.

É uma grande covardia pressionar física e psicologicamente jogadores de futebol, muitas vezes há 2 ou 3 meses sem receber salário, a jogar com intervalos de tempo mínimo — como está por ocorrer no Ceará, que tem calendário marcado para os dias 26, 28 e 30 — e ainda tachá-los de mercenários. Nenhum dos presentes ficaria, nem mereceria ficar, um mês sem salário, direito mais que justo previsto na Constituição.

A segunda sugestão vale para todos os esportes: deveria haver cuidado maior com a publicidade. Considero, desculpem-me a palavra, uma grande covardia os esportes, principalmente os amadores, conseguirem patrocínio e, quando vão dar uma entrevista, filmam somente o rosto do atleta ou do treinador. É preciso abrir mais espaço para quem investe em futebol amador.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Passo a palavra ao Prof. Gilson Dória Leite, representante do Estado de Sergipe nesta reunião.

**O SR. GILSON DÓRIA LEITE** - Boa tarde a todos. Meus parabéns ao Governo do Ceará pela iniciativa de trazer para esta Casa a discussão sobre o esporte.

Nossa preocupação advém de uma característica do Nordeste, onde o esporte é eminentemente escolar, trabalhado por professores de educação física



que têm uma carga horária a ser cumprida na escola. Ora, se o professor está trabalhando, dando suas aulas, quando ele vai trabalhar o esporte visando ao de alto nível?

É preciso que conste do Estatuto do Desporto algum dispositivo que viabilize a esse profissional ceder legalmente parte da sua carga horária, a fim de que se possa obter resultados.

Outro item é a preocupação de o Governo Federal viabilizar a implantação de centros de excelência em todos os Estados, que estão hoje setorizados, tornando difícil sociabilizar o conhecimento nesses centros, já que alguns Estados são muito distantes.

Solicito também que seja feito estudo para a construção de pistas de atletismo — esporte básico — em praticamente todos os Estados, já que em muitos deles, principalmente no meu e no Nordeste, nem sequer existe uma pista. Não estou legislando em causa própria, mas creio que com esses investimentos seria possível realizar competições em âmbitos nacional e internacional, proporcionando assim o fomento do turismo, a geração de emprego e o fortalecimento do esporte.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Sr. Gilson Dória.

Concedo a palavra ao último inscrito, Sr. Jorge Rolim de Castro, do Grupo Retina Ceará.

**O SR. JORGE ROLIM DE CASTRO** - Bom-dia. Antes de mais nada, agradeço a V.Exas. a oportunidade de participar desta reunião, na condição de deficiente visual e de professor de educação física.

Ouvimos as federações debaterem sobre a dificuldade dos desportos escolar e comunitário. Na realidade, tudo o que estamos discutindo só será concretizado se houver alguma lei que determine as competências de cada instância, no âmbito federal, estadual e municipal. Se não houver essa definição, serão elaboradas atividades pontuais.

O financiamento da área do desporto será definido dentro da política desportiva nacional. Se privilegiarmos alguns setores, serão discutidas somente atividades pontuais, como sempre se fez. Se definirmos que os Estados receberão certo aporte de recursos federais, que cada Estado definirá os recursos para o



desporto comunitário, o desporto escolar, o desporto *performance* e o destinado à área de deficientes, fica muito mais fácil se trabalhar.

A meu ver, a definição de uma política nacional de desportos é o ponto inicial de toda esta discussão. Debateremos assuntos conhecidos por muitos, mas, repito, é necessário definir uma política nacional do desporto.

A população precisa tomar conhecimento da importância da atividade física, da qual ela carece. Essa atividade não vai servir somente para tirar o delinqüente da rua, mas também para promover saúde e sociabilização. Precisamos ter isso em mente quando começarmos a trabalhar a palavra esporte, que pode significar desde recreação até o esporte de rendimento, como foi muito bem lembrado pelos participantes. Mas precisamos definir essa política nacional de desporto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Muito obrigado, Sr. Jorge Rolim.

Registro a presença do Sr. Marco Antônio Colares Brasil, Presidente do Sindicato dos Árbitros de Futebol do Ceará. Na oportunidade, informo que ele deixará duas reivindicações da classe: o direito à imagem e a profissionalização do árbitro.

Termino a parte que me cabe agradecendo à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará pela oportunidade de tratarmos de importantíssimo assunto para o Brasil: a nova legislação que compilará toda a legislação atual do desporto brasileiro.

Sr. Deputados, demais presentes, poderíamos permanecer aqui por mais 2 dias para continuar os trabalhos, mas não será possível já que esta semana é peculiar devido à pauta da Câmara dos Deputados. Por isso, nossa movimentação foi um pouco mais rápida do que o necessário. A decisão política tomada por Parlamentares da Câmara dos Deputados, que vieram ao Ceará ouvir representantes das entidades do desporto, é de que esta discussão não terminará hoje, terá continuidade. Com certeza, todos os membros da Comissão, principalmente o Sr. Presidente e o Sr. Relator, estão abertos para continuar a discussão e ouvir sugestões.

Estamos à disposição de todos, até porque queremos trabalhar em sintonia não só com as entidades representativas do desporto brasileiro, mas também com as instâncias públicas. Participaram desta reunião Prefeitos, representantes do



Governo do Estado do Ceará e da instância federal. Há grande sintonia entre a Câmara dos Deputados e o Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, que tem claro conhecimento de todas as reuniões realizadas e dos debates da Comissão.

É uma decisão de trabalho ouvirmos a sociedade, obtermos subsídios a fim de elaborar um grande relatório e, conseqüentemente, aprovar na Comissão e depois em plenário o que a sociedade deseja para o desporto.

As limitações ainda são grandes, mas tenho certeza de que a vontade de vencer é muito maior do que todos os obstáculos que ainda existem pela frente no desporto, tão importante para o desenvolvimento social do povo e também para a nossa economia. Temos certeza de que hoje — e falo como pessoa ligada ao turismo — o grande filão do turismo, setor que têm mudado a história de países, Estados e Municípios, é o de eventos. Esse tipo de turismo tem no esporte o segmento que mais gera eventos de natureza rica, de muita substância, que muda realmente a história dos locais onde eles acontecem.

Agradeço aos representantes do Governo do Sergipe, do Comitê Olímpico Brasileiro, do Comitê Paraolímpico Brasileiro e da CBF a presença.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Muito obrigado, Deputado Bismarck Maia, coordenador na Região Nordeste para o debate do Estatuto do Desporto. Em nome do Deputado Gony Arruda, agradeço à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará o importante apoio.

Certamente, receberei todas as propostas compiladas pelo servidores desta Casa, a quem agradeço por terem sistematizado esse trabalho, que acolheremos da melhor forma possível.

Faço três rápidos esclarecimentos.

Primeiro, estamos discutindo o substitutivo do Estatuto, que já está à disposição dos interessados. Em sua primeira versão, foi aprovado na Comissão; posteriormente, levado ao plenário, onde foi discutido e recebeu 123 emendas; retornou à Comissão, que agora examina as emendas recebidas.

Na condição de Relator, estou colhendo subsídios das audiências realizadas pelo País para inseri-los no relatório final. Essa é a fórmula utilizada.



No Estatuto, a grande preocupação, além da dificuldade que estamos tendo — sobre isso queremos ouvir mais —, é de que precisamos realmente definir esse sistema.

No que diz respeito à educação, determina-se aos Municípios que cuidem da educação infantil e dêem apoio à educação fundamental; depois, determina-se ao Estado que se responsabilize pelo ensino médio e fundamental, e a União cuida do ensino superior.

No esporte, não é bem assim. Não se pode dizer: “Cuide do escolar”. Quem cuida do escolar? Tanto o Município quanto o Estado têm escolas. Fica mais complexo montar o sistema; e é isso que estamos tentando trabalhar, porque teremos de determinar o grau de financiamento.

Vamos criar uma lei de incentivo para garantir que União, Estados e Municípios possam apoiar o esporte de base e o esporte educacional. Entretanto, não queremos, neste momento, alterar a Lei Agnelo/Piva, porque ela tem apenas 2 anos. No Brasil, criamos uma lei e, mal começa a dar resultado, já começamos a mexer nela. A idéia é não alterar neste momento, deixar funcionar por pelo menos 5 anos, para fazermos alterações e criarmos outras legislações.

Os Comitês Olímpico e Paraolímpico agora começam a desenvolver trabalhos. Acreditamos que fazer uma alteração sem realizarmos uma avaliação maior poderia criar transtorno. Mas estamos ouvindo, estamos levando a todos os lugares essa discussão, para termos essa definição.

Uma terceira questão importante é o fato de que, no Estatuto, isso já está estabelecido. No País, temos alternância de poder e esta é salutar e benéfica. E entendemos que, nas confederações e nos clubes, também deve ser. Estamos trabalhando, porque não dá ainda para dizermos que são 3 ou 4 anos. Por quê? Há clubes cujo mandato do presidente é de 3 anos; há outros que são 4, e outros, 5. O que estamos dizendo é que será permitida uma reeleição. Isso vai criar um processo no Comitê Olímpico, uma vez que lá o mandato é de 7 anos, porque segue o Comitê Olímpico Internacional — COI. Assim, será permitida uma reeleição para cada entidade. Com isso, vamos criar uma profunda alteração. A reação é grande, mas estamos trabalhando nesse sentido.

Na qualidade de Relator, buscamos subsídios para que tenhamos uma legislação que permita uma organização e uma definição clara de quem vai cuidar



do quê, a fim de termos o Estado cumprindo o que determina o art. 217 da Constituição. Cabe ao Estado garantir a prática do esporte escolar e garantir seu acesso pela população.

Quanto ao alto rendimento, já há leis. A iniciativa privada tem de ter sua participação. Temos de ter leis que disciplinem e é exatamente isso o que vamos fazer. Devemos dar ao atleta tranqüilidade para que possa ter financiamento, mas, para isso, teremos de realizar um grande debate.

Hoje, os jogadores de futebol têm o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional — FAAP, que já desconta e recebe recursos. Só que, em vários lugares, há pessoas dizendo que isso não está funcionando. Portanto, temos de decidir se vamos fazer alguma alteração. Queremos ouvir os atletas com relação a essa questão. Pela primeira vez, podem ter certeza, estamos ouvindo os árbitros, que têm importante papel.

Cumprimento a Associação Nacional dos Árbitros de Futebol — ANAF, que vem realizando um grande trabalho. Podem ter certeza de que vamos fazer esse trabalho.

Embora insista para jogar o meu futebol, que é regular, sou um educador e entendo que uma das prioridades — sem isso não teremos um projeto para o esporte — é a vinculação do esporte à educação, à formação. Exatamente nesse sentido vamos trabalhar cada vez mais.

Como disseram aqui, todos têm o seu time e, como bom mineiro, sei apreciar o belo futebol. E o melhor futebol do Brasil é praticado pelo Botafogo. Apesar de ser mineiro, sou um grande botafoguense. *(Risos.)*

Encerro agradecendo e cumprimentando todos os presentes.

Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Deputado Bismarck Maia) - Obrigado, Deputado Gilmar Machado.

Com a palavra o nosso Presidente, Deputado Deley.

**O SR. DEPUTADO DELEY** - Quero, mais uma vez, agradecer ao Gony a gentileza de abrir esta Casa. Parabenizo o Bismarck pelo belo encontro que realizou no Nordeste. Agradeço a todos que aqui vieram nos prestigiar, trazendo-nos subsídios para chegarmos próximos ao ideal. Agradeço aos palestrantes a presença.



Estive atento a algumas considerações. Segundo as afirmações do Deputado Moésio Loiola; depois a Deputada Tânia Gurgel; do próprio Serginho, Presidente da Federação; do representante de Sergipe; da amiga representante dos portadores de necessidades especiais, percebemos que estamos avançando. Como bem disse o Deputado Gilmar Machado, já há um recurso, de acordo com o Ministro, que chegará ao Congresso, que seriam 200 milhões, para que pudéssemos trabalhar a formação dos atletas na base.

Existe essa lei de incentivo. O Governo quer, vamos dizer assim, deixar para mais adiante. Mas eu, o Gilmar e o Bismarck temos conversado e decidimos provocar essa discussão para já.

A Deputada Tânia, o amigo Serginho e vários outros sugeriram que definíssemos o papel do Município, do Estado e da União. Afirmo que temos, sim, de defini-lo.

A Deputada Tânia Rangel — fica registrado e gostaria que S.Exa. fosse informada a respeito — quer uma proposta concreta, e tenho procurado disseminar isso pelo País afora. Nós, que vivemos do esporte — o futebol, o atletismo, a natação — temos de começar a exigir daqueles que, principalmente no período eleitoral, vão nos pedir apoio, que saibam qual o percentual estabelecido no Orçamento, dentro do seu projeto de governo.

Devemos começar a pensar em, pelo menos, 1% do Orçamento para realizarmos realmente todas essas idéias. Foi dito aqui o que é dito em vários lugares, e já sabemos o que temos de fazer. Embora surjam novas idéias, o básico já conhecemos: sabemos o que fazer no esporte paraolímpico, no olímpico e no educacional. É possível que haja divergência, mas temos de começar a exigir que Estados e Municípios, e o próprio Governo Federal também, determinem esse 1%, pelo menos, para começarmos a colocar em prática as políticas cujos resultados conhecemos, porque temos como comprovar. Segundo a Organização Mundial de Saúde, por meio de dados de pesquisas, a cada um dólar que se investe no esporte, economizam-se 7 na saúde. Portanto, isso não é custo, mas investimento.

Deve haver um esforço, uma mobilização política para conseguirmos sensibilizar as pessoas que estão com a caneta na mão. Esse é o nosso desafio, para desenvolvermos o esporte e, volto a dizer, construir uma sociedade mais justa, atendendo o que estabelece a Constituição.



Como disse o Deputado Moésio, ficamos aqui ouvindo, e acho que tudo é motivo para provocarmos as discussões, quando se fala na questão dos clubes. Sou totalmente a favor de fortalecermos e resgatarmos esse patrimônio nacional: os clubes. Mas — pode ter certeza, Gaúcho — não serão os atletas que vão pagar essa conta. Fica tudo muito tranqüilo quando falamos em resolver o problema da dívida dos clubes, que temos de fortalecer, mas ninguém gosta de falar da transparência dos clubes. Inclusive, Deputado Bismarck Maia, é um assunto meio proibitivo na casa. Ninguém gosta de citar clubes de conotação nacional — e o amigo sabe de quais clubes estou me referindo. Eles tiveram, há pouco tempo, recursos para obras de grande estrutura, mas o dinheiro sumiu. Espero que esse recurso tenha sido usado em assuntos que dizem respeito a esse assunto. Mas ameaçam cortar o direito de arena, a premiação. O direito de arena é semelhante aos direitos autorais de cantores e atores. Por que querem cortá-lo dos atletas?

Sobre a questão dos mandatos — aliás, há uma emenda do Deputado Bismarck Maia, e eu também apresentei emenda, ao Estatuto do Desporto — irei mais longe: que os atletas tenham direito a voto para a escolha dos presidentes de federações. Esses presidentes não têm de ter medo do voto. A partir do momento em que realmente estejam fazendo um belo trabalho, não tenho a menor dúvida de que os atletas terão a consciência de recolocá-los à frente do clube, representando seus interesses.

Deputado Gilmar Machado, estamos fazendo essa caminhada itinerante. Não tem sido fácil, temos ido pouco as nossas casas, mas tem sido muito gratificante. Hoje, mais do que nunca, foi muito gratificante. Chegamos ontem, à uma hora da manhã, e já estamos embarcando às 15h45min. Mesmo assim, estamos indo com um bom sentimento dentro de nós. Tenho certeza de que os Deputados Gilmar Machado e Bismarck Maia e o meu amigo Gony Arruda, que promoveu este encontro, carregam isso consigo. Estamos indo com o sentimento de estarmos levando boas sugestões e de que a Região Nordeste quer que o esporte seja tratado de forma diferente pelos nossos executivos. *(Falha na gravação)* ... por cento do orçamento municipal, assim que ela puder.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. COORDENADOR** (Gony Arruda) - A Presidência, antes de fazer as considerações finais, passará a palavra ao Secretário André Figueiredo,



representante do Sr. Governador de Estado. Como bem lembrou o Deputado Bismarck Maia, S.Sa. deu grande auxílio a esta Casa e à Comissão Especial na elaboração dessa reunião de hoje, nesta manhã de terça-feira.

**O SR. DEPUTADO DELEY** - Desculpe, saio tricolor desta terra, mais do que nunca.

**O SR. ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA** - Agradeço, mais uma vez, os nobres Deputados Deley e Gilmar Machado por tão bem conduzirem o processo de discussão do Estatuto do Desporto. Parabenizo o Deputado Bismarck Maia por ter trazido essa reunião para a Região Nordeste; o Deputado Estadual Gony Arruda, autor do requerimento; os apresentadores dos painéis; os membros da Federação.

Deixarei uma mensagem do Governador Léo Alcântara. Quando S.Exa. criou a Secretaria do Esporte e Juventude, nos deu a firme missão de realmente construirmos uma política de esportes sólida, permanente e participativa com toda a população e entidades representativas. Mas esse é um processo. Quando assumi, procurei saber o que tínhamos de orçamento para o esporte e lazer no Estado do Ceará. Na ocasião, havia duas ou 3 casas depois do zero, em termos percentuais. Ainda não alcançamos o nível desejado, em âmbito de orçamento da própria Secretaria, mas com certeza já chegamos a 30 vezes o que pegamos originalmente. Se somarmos, além das dotações orçamentárias da nossa Secretaria, que hoje está diluída em outras — porque a parte do esporte educacional está a cargo da Secretaria de Educação, e a parte de construção de equipamentos esportivos está a cargo da Secretaria de Desenvolvimento local, regional — talvez estejamos perto desse percentual de 1%, talvez até passando um pouco. Mas esse é um processo.

Na Região Nordeste, 4 Estados — Ceará, Sergipe, Paraíba e Alagoas — possuem secretarias específicas para o Esporte, que é a Secretaria do Esporte e Juventude. Temos plena convicção de que com o decorrer dos anos, com esse processo de discussão da importância do esporte como instrumento de desenvolvimento humano, social e econômico, os nossos governantes e o próprio Governo Federal se empenharão mais.

Tenho acompanhado a angústia do Ministro Agnelo Queiroz na busca de mais recursos, que não é menor do que a luta que nós, gestores estaduais, estamos travando. Com certeza, os próximos gestores municipais terão atenção toda especial para que o esporte atinja, cada vez mais, orçamentos compatíveis com sua



importância. Esperamos sensibilizar a iniciativa privada de que é importante investirmos na política esportiva para o País. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Gony Arruda) - Antes de encerrar tão importante encontro, farei uma manifestação de cunho pessoal, como torcedor e membro do Flamengo, já que os nobres Parlamentares e os Deputados estaduais tiveram a oportunidade de falar durante 3 minutos. Dois senhores presidentes de clubes esportivos estiveram aqui, o do Fortaleza Esporte Clube e o do Ceará Sporting Clube. O Flamengo ainda é o clube de maior repercussão no Brasil. É verdade que não podemos passar a mão na cabeça daqueles que não tiveram o cuidado necessário e promoveram dívidas e mais dívidas. Não me refiro apenas ao Clube de Regatas do Flamengo, mas a vários clubes de grande importância, como o Vasco da Gama, com grande número de torcedores, principalmente no Nordeste; o Corinthians; o Fluminense — que nesta Mesa é maioria. Enfim, precisamos criar uma regra, caro Relator, Deputado Gilmar Machado, que não penalize as torcidas das grandes instituições, afinal elas estão precisando de socorro, mas que penalize os dirigentes. Se o Prefeito e o Governador recebem sanções, por que o dirigente não pode recebê-la?

Estou muito à vontade para dizer isso, porque o meu Clube de Regatas do Flamengo foi o primeiro a ter coragem de reunir o seu conselho e dar *impeachment* ao presidente do clube. Inclusive, precisávamos de *quorum* extremamente elevado — o Deputado Deley, que é do Rio de Janeiro, sabe disso —, de mais de 500 conselheiros, para possibilitar a abertura da sessão. Muitos se indignaram com aqueles recursos — não citados pelo Deputado Deley—, que eram verdadeiros, mas o Flamengo teve a oportunidade de ouro para ter equilibrado o seu passado, mas jogou um sem-número de recursos pela janela. Por esse motivo, o Flamengo compareceu com o *quorum* de 10 pessoas a mais do número necessário: foram 560 conselheiros que estavam indignados com a situação. Eu, por exemplo, Deputado Deley, tive que pagar passagem do meu próprio bolso para ir ao Rio de Janeiro, para fazer número. O esforço, primeiro, era dar número, para poder ser aberta a possibilidade de reunião de *impeachment*. Precisaria haver pelo menos um terço presente para poder abrir a reunião. Portanto, houve esforço coletivo daqueles que se indignavam com o desmando que estava acontecendo.



Então, estou muito à vontade para fazer essas considerações. É importante que os atletas não sejam penalizados, porque, afinal de contas, é um direito deles receberem em dia, a exemplo de qualquer trabalhador. Acho muito importante darem uma olhada na questão da dívida previdenciária, até criando regras de contrapartida. O Flamengo e esses clubes têm grande responsabilidade na formação de jovens atletas. São praticados o futebol e um sem-número de atividades esportivas, como nado sincronizado, natação. Quantos grandes valores, quantas pessoas oriundas das classes mais pobres da cidade freqüentavam o clube, usufruíam das estruturas, e que até um belo dia se tornaram grandes profissionais?

Isso pode ser levado em consideração, porque os clubes podem, sim, cumprir grande papel na formação de atletas, trazer crianças das ruas e das escolas públicas. O Flamengo já chegou a manter convênio com um dos CIEPs, elaborado pelo ex-Governador Leonel Brizola — como bem lembrado, anteriormente, pelo André Figueiredo —, que leva o nome de CIEP Nação Rubro-Negra, localizado atrás da sede da Gávea. Inclusive, nem Flamengo era, mas Bangu. Os clubes podem ter, sim, grande participação na elaboração e na formação de atletas.

Em nome da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, agradeço a todos a presença nesta reunião: os Deputados Federais Deley; Gilmar Machado, Relator, que tem grande missão pela frente; Bismarck Maia, grande Deputado Federal pelo Ceará; o Governo do Estado, por ter solicitado a todos a presença, além de ter tido a compreensão necessária, a exemplo dos Deputados Deley e Gilmar Machado, da importância desse evento do Nordeste, especialmente no nosso Estado, que é motivo de grande orgulho; o Deputado André Figueiredo, que vai assumir a Câmara Federal. Esperamos que ele possa dar seguimento ao grande trabalho que vem desenvolvendo no Estado do Ceará, em prol das políticas esportivas, na Câmara Federal, como tem colaborado e trazido, por intermédio da Secretaria, grande auxílio para que pudéssemos ter evento tão bem encorpado como o de hoje. Agradeço ao Sr. Sebastião Bastos, Vice-Presidente da CBF, que aqui esteve presente.

A CBF é uma entidade muito contestada. Porém não conheço, sinceramente, uma gestão que tenha apresentado resultados esportivos tão significativos em âmbito mundial. O Brasil é bicampeão na gestão, da qual o Sebastião Bastos faz parte: foi vice-campeão em 1988, perdeu para a França; o futebol feminino cresceu



assustadoramente no País, e somos detentores da tríplice coroa: ganhamos no Japão o futebol profissional, no Sub-20 e no Sub-17.

**(Não identificado)** - Título inédito no Brasil, ou no mundo.

**O SR. COORDENADOR** (Gony Arruda) - É verdade.

Por outro lado, entendo que a CBF poderá dar pouco mais de contribuição aos clubes que realmente estão precisando. Quero enaltecer o conceito de admiração que tenho pelos resultados esportivos da CBF.

Agradeço ao nosso amigo pessoal José Gustavo Costa, representante do Presidente Carlos Arthur Nuzman, que muito trabalhou para a realização das Olimpíadas no Brasil, além de ter atendido à nossa solicitação; ao Sr. Roberto Vidal, representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro; a todos os Srs. Presidentes de Federações, dentre os quais o Sérgio Amizade, que fez uma grande palestra; a todos os senhores atletas, representantes de arbitragem; ao Sr. Wilson Teixeira Soares, que se colocou à disposição, lá em Brasília, desde a semana passada, para nos auxiliar na construção desse importante debate, do qual ficamos prazerosos e orgulhosos.

A Assembléia Legislativa se sente extremamente honrada com a participação de todos.

Espero que tenhamos dado grande contribuição à Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Finalizo, desejando a todos uma boa tarde. *(Palmas.)*

Está encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*